**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2020.**

**REGISTRO DE PREÇOS**

# 1. DA LICITAÇÃO

**1.1.** A Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte de Itabaiana, do Estado de Sergipe, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico do **TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS SINALIZAÇÕES HORIZONTAL E VERTICAL; E DE DISPOSITIVOS AUXILIARES NA MALHA VIÁRIA, NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA**, conforme especificações constantes do Termo de Referência e Caderno Técnico de Sinalização de Trânsito (Anexo I e I A).

**1.2.** A presente licitação será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal n.º 026/2020, de 19 de fevereiro de 2020 (pregão eletrônico) , da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto Municipal nº 04, de 02 de janeiro de 2006**,** Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho 1993, Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n.º 3.784 de 06 de abril de 2001, bem como pelas condições estabelecidas neste instrumento.

# 2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

**2.1.** A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando da Pregoeira, com a utilização de sua chave de acesso e senha no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

* **INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 24/11/2020 às 15h00min – Horário de Brasília;**
* **ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 04/12/2020 às 08h30min – Horário de Brasília;**

1. **DO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO:**
   1. O Provedor do Sistema Eletrônico para este Pregão será o **www.Licitanet.com.br**, onde poderão ser acessados este Edital e seus anexos.
   2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário informada pelo(a) Pregoeiro(a).

# 4. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E INFORMAÇÕES

**4.1.** Observado o prazo legal, o(a) licitante poderá formular consultas por e-mail ou telefone, informando o número da licitação.

**4.2.** Para mais esclarecimentos deste Edital, informa-se:

1. Endereço do setor de licitações da SMTT: Av. Ivo de Carvalho s/nº, Centro. CEP: 49.500-064. Itabaiana/SE;
2. Horário de atendimento ao público: 07h00min às 13h00min, de segunda-feira a sexta-feira;
3. Referência de tempo: horário de Brasília/DF;
4. Sites:[**www.licitanet.com.br**](http://www.licitanet.com.br)[**www.itabaiana.se.gov.br**](http://www.itabaiana.se.gov.br)[**www.tce.se.gov.br**](http://www.tce.se.gov.br/)
5. Endereço Eletrônico: [**licitacao.smtt.ita@hotmail.com**](mailto:licitacao.smtt.ita@hotmail.com)
6. Números de Telefones/(79)-3431-8800.

# 5. ANEXOS

**5.1.** Anexo I – Termo de Referência;

**5.2**. Anexo IA – Caderno de Sinalização;

**5.3.** Anexo II – Modelo da Proposta Comercial;

**5.4.** Anexo III – Declaração do Responsável Técnico;

**5.5.** Anexo IV - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

**5.6**. Anexo V – Modelo de Procuração;

**5.7.** Anexo VI – Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação;

**5.8**. Anexo VII **–** Modelo de Declaração de Inexistência de Empregados Menores;

**5.9** Anexo VIII – Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;

**5.10.** Anexo IX – Atestado de Visita Técnica;

**5.11**. Anexo X – Modelo da Minuta da Ata de Registro de Preços;

**5.12.** Anexo XI – Modelo de Minuta de Contrato.

# 6. DO OBJETO

**6.1.** A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS SINALIZAÇÕES HORIZONTAL E VERTICAL; E DE DISPOSITIVOS AUXILIARES NA MALHA VIÁRIA, NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA,** conforme especificações constantes do Termo de Referência e Caderno Técnico de Sinalização de Trânsito (Anexo I e IA).

**6.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações nas quantidades estimadas no Termo de Referência – Anexo I, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

# 7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**7.1.** Em conformidade com o disposto no § 2º, do art. 7º, do Decreto Nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, a dotação orçamentária será indicada somente antes da formalização do contrato ou instrumento equivalente;

**7.2.** Os recursos orçamentário para atender às despesas de exercício futuro, serão alocadas no exercício correspondente, de acordo com o orçamento, a previsão do PPA e em atendimento a Lei Complementar nº 101/2000.

**8**

**. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**8.1.** Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências fixadas neste Edital e que estiverem devidamente **credenciados** no site[**www.licitanet.com.br**](http://www.licitanet.com.br).

**8.2.** Estão impedidas de participar direta ou indiretamente deste certame as Empresas:

**8.2.1.** Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, devido ao vulto da licitação ser incompatível com as exigências legais para a participação deste tipo de sociedade;

**8.2.2.** Estrangeiras que não funcionem no país;

**8.2.3.** Punidas com suspensão do direito de licitar e contratar;

**8.2.4.** Declaradas inidôneas ou impedidas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**8.3.** Não poderão participarDirigentes ou servidores Municipais, bem como aqueles relacionados conforme o art. 9.º da Lei nº 8.666/93.

**9**

**. DO CREDENCIAMENTO: APLICATIVO**

***LICITAÇÕES-E***

**9.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (§ 1º, art. 9.º do Decreto n.º 10.024/2019), obtidas junto ao sistema LICITANET no sítio [**www.licitanet.com.br**](http://www.licitanet.com.br)

**9.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu(sua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**9.3.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu(sua) representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à SMTT, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**10**

**. DA PARTICIPAÇÃO**

**10.1.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

**10.2.** Os trabalhos serão conduzidos por servidora da SMTT de Itabaiana denominada **Pregoeira,** nomeada pela **Portaria n.º 080 de 08 de novembro de 2019**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema LICITANET, constante do site: [**www.licitanet.com.br**](http://www.licitanet.com.br).

**10.3.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do(a) representante credenciado(a) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

**10.4.** Os dados para acesso devem ser informados no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) opção Acesso Identificado, observando data e horário limite estabelecidos.

**10.5.** É recomendável que os(a) licitantes apresentem suas propostas com antecedência, não deixando para cadastrá-las no dia do certame. O sigilo das propostas é garantido pelo sistema LICITANET e apenas na data e horário previstos para a abertura torna-se publicamente conhecidas.

**10.6. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital**. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções previstas neste Edital.

**10.8.** O (A) licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**10.9.** Caberá ao(à) licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**10.10.** Qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso deverá comunicar imediatamente ao LICITANET (órgão provedor do sistema).

**10.11.** Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e/ou Decreto Municipal nº 105, de 12 de dezembro de 2016 deverão atender ás regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pela Pregoeira ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

**Visita Técnica:**

**10.12.** Os interessados no certame, para a correta formulação das propostas, deverãorealizar vistoria técnica, com vistas a possibilitar o conhecimento dos locais nos quais serão realizados os serviços**.**

**10.12.1.** Na vistoria técnica somente será permitida a participação de ate 02 (dois) representantes credenciados de cada empresa, sendo obrigatório o credenciamento.

**10.12.2.** Tendo em vista que a vistoria servirá para fornecer subsídios a elaboração da proposta, os responsáveis credenciados deverão ter o necessário conhecimento técnico.

**10.12.3.** Não caberá a SMTT, quaisquer responsabilidades decorrentes da insuficiência de dados levantados pelos visitantes, por ocasião da visita.

**10.12.4.** A vistoria deverá ser realizada por responsável técnico indicado pelo licitante.

**10.12.5.** A vistoria será coordenada pela Divisão de Projetos devendo as empresas interessadas em participar agendar previamente com o Sr. Jeovânio Oliveira da Trindade, Coordenador de Gestão do Sistema Viário, das 7h as 13h, pelos telefones (79) 3431-8800 e a última vistoria ocorrerá dois dias úteis anteriores a abertura do certame.

**10.12.6.** Será fornecido aos visitantes Atestado de Visita Técnica (Anexo IX), porém, caso a visita técnica não seja realizada, deverá ser requerido o aludido comprovante de dispensa de visita técnica dois dias úteis antes do certame à Superintendência e, com isso, a Empresa assumirá os riscos pela execução dos serviços, devendo estes serem juntados aos Documentos de Habilitação.

**11**

**. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**11.1.** O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá as seguintes atribuições:

1. Coordenar o processo licitatório;
2. receber, examinar e decidir as impugnações e consulta ao edital, apoiado(a) pelo setor responsável pela sua elaboração;
3. Conduzir a sessão pública na internet;
4. Verificar a conformidade da proposta de preços com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
5. dirigir a etapa de lances;
6. verificar e julgar as condições de habilitação;
7. receber, examinar e decidir os recursos, encaminhado à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
8. indicar o vencedor do certame;
9. adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
10. conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
11. encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

**12**

**. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**12.1** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

**12.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao.smtt.ita@hotmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Ivo de Carvalho s/nº, Centro, Itabaiana/SE, Sede da SMTT, na Sala da Comissão Permanente de Licitação.

**12.3.** Caberá a Pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

**12.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**12.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

**12.6.** A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **(02) dois dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do termo de referência e dos anexos.

**12.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**12.7.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

**12.8.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**12.9.** As alterações do Edital que, inquestionavelmente, afetarem a formulação da proposta, serão informadas para todas as licitantes que retiraram o Edital e divulgadas pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido. Do contrário, serão mantidos a data e horário da sessão.

**13.1.** Para aceitabilidade da proposta, o(a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, **após o término da etapa de lances**, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I, e modelo de proposta, Anexo II, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

**13**

**. DAS PROPOSTAS**

1. PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;
2. PREÇO UNITÁRIO E TOTAL PARA O OBJETO LICITADO, fixo e irreajustável, **limitado a 02 (duas) casas decimais,** numérico e por extenso, expresso em moeda nacional;
3. DECLARAÇÃO no corpo da proposta,de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: **manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas** e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do serviço. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;
4. RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta-corrente;
5. **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, conforme modelo previsto no Anexo IV deste instrumento, sob pena de desclassificação.

**13.2.** O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

**13.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.**

**13.4.** A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o Modelo de Proposta Comercial – Anexo II do Edital e observando as exigências contidas nas alíneas do Item 13.1, sob pena de desclassificação.

**13.5.** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo “Informações Adicionais” ou anexá-las no campo apropriado do sistema do Banco do Brasil, sob pena de **desclassificação** e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de **FORNECIMENTO**, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

**13.6.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

**13.7.** Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) , não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ,nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório.

**14. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

* 1. **Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

**14.1.1. Todos os documentos de habilitação deverão estar preferencialmente autenticados eletronicamente para que seja comprovada a veracidade destes.**

**14.1.2. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital para cada Lote que almeje disputar, sob pena de inabilitação.**

* 1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
  2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de

habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

* 1. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
  2. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
  3. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
  4. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

# 15. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

* 1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
  2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
  3. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.
  4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
  6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
  7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
  8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de

sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

* 1. **A disputa ocorrerá pelo valor UNITÁRIO do LOTE.**
  2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
  3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 2% em relação ao valor estimado de cada item.**
  5. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
  6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  7. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  8. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o Lote anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  9. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se á automaticamente.
  10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
  11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
  12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  13. **Ao formular seu lance, o licitante deverá evitar que o valor unitário e total extrapole o número de duas casas decimais após a vírgula (casa dos centavos). Caso isto ocorra, a Pregoeira estará autorizada a adjudicar o item objeto desta licitação, fazendo arredondamentos a menor, no valor unitário.**
  14. A Pregoeira poderá anunciar o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pela pregoeira, acerca da aceitação do lance de menor valor.
  15. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, os licitantes deverão acompanhar a etapa de Aceitação, permanecendo “on-line” para a resposta de dúvidas por parte da Pregoeira, bem como eventual negociação de valores. Nesta etapa o sistema disponibiliza a possibilidade de um “chat” bilateral.
  16. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
  17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente **após decorridas 24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
  18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

1. **DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS EMPRESAS ENQUADRADAS COMO MICROEMPRESA – ME EEMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**
   1. Será observado e assegurado tratamento diferenciado concedido às Microempresas – ME e às Empresas de Pequeno Porte – EPP na participação em certames licitatórios deste Município de Itabaiana, conforme determina a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, em especial o previsto nos artigos 43 a 45 da referida lei e a Lei Complementar n.º 147 de 07 de agosto de 2014.
   2. A utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar n.º 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias **configura fraude ao certame**, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Itabaiana, nos termos do Item – SANÇÕES.
   3. As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
   4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de  **05 (cinco) dias úteis** , cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o(a) proponente for declarado(a) vencedor(a) do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme dispõe o art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 147/2014.
   5. A não regularização da documentação no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os(as) licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
   6. Será assegurado como **critério de desempate** a preferência de contratação para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme esclarecimentos abaixo:
2. – a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte -EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preços inferior aquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
3. – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que por ventura se enquadrem nas hipóteses dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
4. – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
   1. **Da Margem de Preferência –** Nos termos do Decreto Municipal nº 105, de 12 de dezembro de 2016, e, justificadamente, visando à promoção do desenvolvimento econômico no âmbito local e regional, será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:
      1. Aplica-se o acima disposto nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;
      2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
      3. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base no item 15.7.2, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do item 15.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
      4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
      5. Nas licitações de bens de natureza divisível em que se estabelecer cota reservada, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;
      6. Para efeitos da aplicação da margem de preferência, considera-se:
         1. Âmbito local - sede e limites geográficos deste Município;
         2. **Âmbito regional - os municípios circunvizinhos, através das microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e assim considerados, especificamente: Areia Branca, Campo do Brito, Macambira, Malhador, Moita Bonita, São Domingos, Ribeirópolis, Itaporanga d´Ajuda e Frei Paulo**
      7. **Ao final dos lances de cada item, as empresas devidamente cadastradas como Microempresa/Empresa de Pequeno Porte àquelas sediadas local ou regionalmente, e que estejam com oferta (último lance) com valor até 10% acima do valor da melhor proposta deverão manifestar-se acerca de sua condição, para que se possa verificar a ocorrência de eventual empate ficto e/ou aplicar o direito de preferência previsto no item 15.7 e seus subitens deste Edital.**

**17**

**. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

* 1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE** apurado pelo **menor valor global.**
  2. A Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao preço estimado para a contratação, estipulado dentro dos preços apresentados no mercado, constante no Termo de Referência, em segundo lugar observará a habilitação do(a) licitante, conforme disposições do Edital.
  3. Se a proposta não for aceitável ou se o(a) licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente e na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.
  4. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem acima, a Pregoeira poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
  5. A ata da sessão pública do pregão será disponibilizada na internet, imediatamente após o encerramento da sessão pública.
  6. Constatado o atendimento às exigências do Edital e verificada a regularidade dos atos praticados pela Pregoeira, a autoridade competente registrará no sistema, a homologação do Pregão.
  7. O desatendimento às exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que sejam possíveis: a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.
  8. No julgamento da habilitação e das propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**18**

**. DA HABILITAÇÃO**

**18.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

**18.1.1.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União ([https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/](https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/))

* 1. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do sistema, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
  2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários àconfirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas)horas, sob pena de inabilitação.
  3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
  4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueleslegalmente permitidos.
  5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante fora filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
  6. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
  7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
  8. **DECLARAÇÕES**

**18.9.1. Declaração de Atendimento aos Requisitos deste Edital,** conforme disposto noInciso VII, art. 4.º da Lei n.º 10.520/2002,podendo usar como modelo o Anexo IV.

**18.9.2. Declaração de não utilização de mão de obra infantil** em cumprimento ao Decreto n.º 4.358/02 e ao **Inciso XXXIII, do Art. 7º da CF** podendo usar como modelo o Anexo VII.

**18.10. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**18.10.1 –** Registro comercial no caso de empresa individual;

**18.10.2 -** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social com todas as suas alterações ou sua consolidação, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

**18.10.3 –** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**18.10.4 –** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**18.10.5.** - RGe CPFdo representante legal da Empresa (Cópia).

**18.11. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal**;**
3. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa com a Fazenda **ESTADUAL** da sede do licitante;
4. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa com a Fazenda **MUNICIPAL** da sede do licitante;
5. Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva, com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme a Portaria PGFN/RFB n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014;
6. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT,** nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

**18.12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

1. **Certidão negativa de falência ou concordata**, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante, expedida nos últimos 30 (trinta) dias que anteceder a abertura da licitação, salvo se consignar no próprio texto data de validade diferente;
2. **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2019)**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada à apresentação de balancetes ou balanço provisórios, e, se encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, poderá ser atualizado seus valores por índices oficiais (art. 31, inc. I e §5º da Lei nº 8.666/93).

**b.1)** A comprovação da boa situação financeira será verificada através do cálculo dos seguintes índices contábeis: **Índices de Liquidez Geral - ILG e de Liquidez Corrente - ILC iguais ou maiores do que 1,0 (um)**.

**b.1.1)** Estes índices deverão ser calculados e demonstrados pelos licitantes, em documento assinado pelo contador da empresa, de acordo as técnicas correntes de contabilidade, segundo as fórmulas:

**ILG = \_\_AC + RL\_ ≥ 1**

**PC + ELP**

**Onde: ILG =** Índice de Liquidez Geral

**AC =** Ativo Circulante

**RLP =** Realizável a Longo Prazo

**PC =** Passivo Circulante

**ELP =** Exigível a longo Prazo

**ILC = \_AC\_ ≥ 1**

**PC**

**Onde: ILC =** Índice de Liquidez Corrente

**AC =** Ativo Circulante

**PC =** Passivo Circulante

**b.2)** As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de balanço de abertura ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

**b.3)** Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**b.3.1)** Publicados em diário oficial ou jornal de grande circulação;

**b.3.2)** Autenticados ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou autenticado através do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital);

**b.3.3)** Autenticados ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou

**b.3.4)** Por cópia do livro diário, inclusive dos termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**b.4) Capital Social**, correspondente a 10% (dez por cento) do Preço Máximo fixado no **Anexo I** deste Edital – R$ 82.645,40 (oitenta e dois mil seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais (art. 31, §§2º e 3º da Lei nº 8.666/93).

**b.4.1)** Serão aceitos como forma de comprovação do Capital Social Integralizado:

**b.4.2)** Balanço Patrimonial do último exercício social, onde conste a respectiva demonstração (2019);

**b.4.3)** Contrato Social, ou Alteração Contratual, devidamente atualizado e registrado na respectiva Junta Comercial; ou

**b.4.4)** Certidão atualizada da respectiva Junta Comercial, emitida a, no máximo, 90 (noventa) dias.

**18.13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

1. **Alvará de Licença e Funcionamento**, fornecido pela Prefeitura do domicílio da licitante e compatível com o objeto desta licitação;
2. **Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA** e/ou no **Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU** do domicílio ou sede da licitante (art. 30, inc. I da Lei nº 8.666/93).
3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (capacitação técnico operacional), e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico (capacitação técnico profissional) adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (art. 30, inc. II e §1º, inc. I da Lei nº 8.666/93), ***a qual dar-se-á, exclusivamente,******da forma que segue:***

**c.1).** **Capacitação técnico-profissional:**

**c.1.1).** A capacitação técnico-profissional susoaludida será feita mediante comprovação de o licitante possuir em seu quadro de pessoal, na data prevista para entrega da proposta, **profissional de nível superior – Engenheiro Civil e/ou Arquiteto**, devidamente registrado no CREA ou CAU do domicílio ou sede da licitante, com apresentação de registro válido à data prevista para entrega da proposta, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características **semelhantes, de complexidade tecnológica e operacional e equivalente ou superior**, atestado(s) esse(s) devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, o(s) qual(is) deverá(ão), também, ser apresentado(s).

**c.1.2).** Para comprovação do vínculo profissional, serão aceitos, na forma do Acórdão nº 7.286/2010 – TCU - 2ª Câmara:

**c.1.2.1).** Contrato Social, se sócio, devidamente atualizado;

**c.1.2.2).** Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS assinada;

**c.1.2.3).** Contrato de Trabalho, regido pela CLT;

**c.1.2.4).** Contrato de Prestação de Serviços, regido pelo Código Civil; ou

**c.1.2.5).** Certidão de registro da licitante no CREA, se nela constar o nome do profissional indicado.

**c.1.3). O profissional** indicado para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá participar, diretamente, da obra objeto desta licitação, sendo isso devidamente **declarado e apresentado na forma do** **Anexo III**, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração Municipal, de acordo com o prescreve o §10º do art. 30 da Lei nº 8.666/93.

**18.14. Outros Elementos**

**18.14.1** – Atestado de Visita Técnica, Anexo IX.

**19**

**. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

**19.1.** Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

**19.2.** O prazo para manifestação sobre a intenção de interpor recurso será aberto pelo(a) Pregoeiro(a), durante a sessão, na fase de habilitação.

**19.3.** Será concedido(a) ao(à) licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação dos memoriais, os quais deverão ser enviados por meio eletrônico, havendo campo específico para esse fim no site[**www.licitanet.com.br**](http://www.licitanet.com.br).

**19.4.** Os(As) demais licitantes, caso haja interesse, poderão apresentar seus memoriais também por meio eletrônico, no prazo de **03 (três) dias úteis**,a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**19.5**. A falta de manifestação imediata e motivada do(a) licitante importará a decadência do direito de recurso, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o objeto ao (à) licitante declarado(a) vencedor(a).

**19.6**. O recurso contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) **não** terá efeito suspensivo.

**19.7**. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**19.8**. Caberá à autoridade competente decidir os recursos contra o ato do(a) Pregoeiro(a), quando este(a) mantiver a sua decisão.

**19.9**. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos(às) interessados(as) na sala da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO: Rua Francisco Santos, nº 160, 2º Andar, centro Itabaiana/SE.

**19.10**. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o(a) pregoeiro(a) adjudicará o objeto e a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**20**

**. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**20.1.** Não sendo interpostos recursos, e/ou decididos estes, a Pregoeira fará a adjudicação do(s) ITEM(s) ao(s) licitante(s) vencedor(es), após o que encaminhará à autoridade competente para homologação da licitação.

**20.2.** Havendo recurso, após deliberação sobre o mesmo, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto, homologando em favor do(a) licitante vencedor(a).

**20.3.** Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, estará sujeito às penalidades previstas no Item– **DAS SANÇÕES**. Neste caso, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado e, se for o caso, celebrar o Contrato.

# 21. DA ASSINATURA E VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**21.1.** Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelas licitantes vencedoras de cada item serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o Anexo X – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, deste Edital.

**21.2.** As licitantes classificadas em primeiro lugar terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, para comparecer perante a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO a fim de assinar a Ata de Registro de Preços.

**21.3.** O não comparecimento da licitante vencedora, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada para a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Termo Contratual, ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação constante da proposta comercial apresentada.

**21.4.** O prazo mencionado acima poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela SMTT, gestor do Registro de Preços, conforme previsto no § 1º, do art. 64, da Lei n.º 8.666/1993.

**21.5.** A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas ou o não comparecimento para a sua assinatura implicará no cancelamento do registro do(s) preço(s) do(s) item(ns) para este fornecedor.

**21.6.** As demais licitantes classificadas neste processo, em ordem crescente de preço proposto por item, poderão ser convocadas para compor a Ata de Registro de Preços, na condição de aceitarem os preços do primeiro colocado em cada item, ou nos casos previstos neste Edital e na Ata dele decorrente.

**21.7.** É facultada à Administração, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, conforme subitem anterior, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas referentes à sua classificação, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das SANÇÕES previstas neste Edital.

**21.8**. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 (doze) meses, nele já incluídas eventuais prorrogações, conforme art. 11 do Decreto Municipal nº 171/2017.

# 22. DO LOCAL, PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE ENTREGA

**22.1.** A **SMTT** formalizará a solicitação dos serviços através da **Ordem de Serviço**, para que os mesmos sejam realizados.

**22.2.** Os serviços solicitados deverão ser realizados nas quantidadas solicitas e conforme instruções do **Caderno Técnico de Sinalização (Anexo IA)**, no prazo máximo de 15 **(quinze) dias**, a contar do recebimento da ordem de Serviço e nota de empenho.

**22.2.1.** O prazo de início somente poderá ser prorrogado em caso de força maior, devidamente comprovado pela empresa vencedora, por escrito, até **24 (vinte e quatro) horas** antes da data fixada.

**22.3.** A falta de produtos, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto desta licitação e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas no Caderno Técnico de Sinalização.

**22.4.** Na hipótese dos serviços não atenderem as especificações do Caderno Técnico de Sinalização, serão comunicados mediante Termo, para devida correção.

**22.5.** A CONTRATADA deverá providenciar a substituição dos serviços que não atenderem as especificações do Caderno Técnico de Sinalização, sendo as irregularidades apontadas no Termo, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** , contados do recebimento da comunicação expedida autoridade competente, sob pena de aplicação das penalidades previstas no item das sanções.

**22.6.** Cumpridas as formalidades de execução dos serviços, o servidor responsável atestará as Notas Fiscais através de aposição de carimbo com assinatura e as encaminhará para pagamento.

**22.7.** A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se fizerem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de material empregado, sendo, ainda, responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, até o final do período de garantia;

# 23. DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E DO GERENCIAMENTO

**23.1.** As obrigações assumidas deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**23.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

**23.2.1.** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à adjudicatária serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

**23.2.2.** O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exime a responsabilidade da adjudicatária a posteriori. Deverão ser substituídos os materiais e serviços que, eventualmente, não atenderem as especificações do edital.

**23.3.** Todos os serviços deverão estar em conformidade com a Nota de Empenho, que será acompanhada da Relação de Ordem de Serviço ou de outro documento emitido pela SMTT**.**

* 1. A execução do objeto será fiscalizada e gerenciada por representante da CONTRATANTE,especialmente designado para esse fim, a ser oportunamente indicado pela Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte.
  2. **A SMTT**, CONTRATANTE, registrará todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

1. atestar as notas fiscais correspondentes à execução do objeto contratual;
2. solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias para a boa execução do objeto contratual;
3. emitir pareceres em todos os atos da Administração, relativos à execução do objeto e em especial, na aplicação das sanções estabelecidas;
4. fiscalizar a execução do objeto contratado, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas;
5. determinar o que for necessário à regularização de faltas verificadas;
6. sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer exigência sua;
7. registrar as ocorrências havidas, firmado com o preposto da **CONTRATADA**;

**23.6.** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

# 24. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

**24.1.** O pagamento será efetuado após empenho e liquidação da despesa por meio de crédito em contacorrente indicada pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até **30 (trinta) dias consecutivos**, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo Setor responsável pelo recebimento da Secretaria contratante.

**24.2.** Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, com o documento de cobrança, atualizações das certidões, que na ocasião estiverem vencidas, de regularidade junto ao FGTS, negativa de débitos Federal, Estadual, Municipal e Trabalhista.

**24.3.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**24.4.** Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

**24.5.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**24.6.** O preço será fixo e não sofrerá reajuste.

# 25. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

**25.1.** Na execução do objeto do contrato, obriga-se a **CONTRATADA:**

1. fornecer os serviços em conformidade com o estabelecido neste Termo e seus anexos, de primeira qualidade, atendendo as condições e quantidades estipuladas.
2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços fornecidos, nos termos da legislação vigente.
3. substituir os serviços que esteja (m) desconforme(s) com o estabelecido no instrumento Convocatório, no Termo de Referência ou no Caderno Técnico de Sinalização, no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos** a contar da notificação da **SMTT** à **CONTRATADA**;

**c.1)** O prazo para substituição poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela fornecedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **SMTT.**

1. submeter à aprovação da **contratante** toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.
2. Assegurar a **CONTRATADA** o direito de fiscalizar, sustar, mandar refazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, sem ônus para a Órgão Gestor, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização eximirá a mesma de suas responsabilidades.
3. apresentar documento fiscal específico discriminando todos os serviços executados, com indicação de preços unitários e total;
4. respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Órgão Gestor do contrato;
5. responder pelos danos causados diretamente a Secretaria solicitante ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela **SMTT.**
6. solicitar em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais;
7. manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, durante a execução do instrumento contratual, todas as **condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.**
8. Para os produtos com garantia, caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta obrigação, a licitante deverá complementar a garantia do produto ofertado pelo tempo restante, obrigando-se a substituí-los, imediatamente, sem qualquer ônus para a contratante, caso se constate, nesse período, qualquer avaria, defeito ou outra circunstância que os impeçam de produzir a utilidade a que se destinam, salvo se tal condição, comprovadamente, decorrer de motivo a que houver dado causa a Contratante, caso fortuito ou força maior.
9. Arcar com os custos de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários,e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem no fornecimento dos bens.

**25.1.1. É EXPRESSAMENTE VEDADA À CONTRATADA**:

1. A veiculação de publicidade acerca do contrato dela decorrente, salvo se houver prévia autorização da **SMTT**;
2. A subcontratação parcial do objeto da licitação, ou associação da CONTRATADA com outrem sem permissão e aprovação, por escrito, da **SMTT**;

**b.1)** A subcontratação total do objeto, ou a sua cessão ou transferência total a outrem, sendo possível a subcontratação parcial nos termos descritos no item anterior;

1. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da **SMTT**, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **SMTT**.

**25.2. DEVERES DA CONTRATANTE**

**25.2.1.** Na execução do objeto, obriga-se a **CONTRATANTE** a:

1. prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA;
2. Disponibilizar local adequado para o recebimento dos serviços;
3. notificar, por escrito, à **CONTRATADA** quaisquer irregularidades encontradas nos serviços fornecidos;
4. Fiscalizar e inspecionar os serviços entregues, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao definido.
5. atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), após efetiva entrega dos serviços;
6. participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços;
7. designar representante com competência legal para proceder aoacompanhamento e fiscalização dos produtos fornecidos.
8. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da vencedora, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer.
9. Efetuar o pagamento com pontualidade, consoante às condições definidas no instrumento contratual ou instrumento equivalente.
10. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições dos produtos, fixando prazos para sua correção.

# 26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**26.1.** Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das demais cominações legais, a licitante que:

**26.1.1.** Não assinar a ata, quando convocada no prazo de validade de sua proposta;

**26.1.2**. Deixar de entregar documentação exigida no edital;

**26.1.3**. Apresentar documentação falsa;

**26.1.4**. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;

**26.1.5**. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**26.1.6.** Não mantiver a proposta;

**26.1.7**. Comportar-se de modo inidôneo;

**26.1.8.** Fizer declaração falsa;

**26.1.9**. Cometer fraude fiscal.

**26.2**. Além da sanção prevista no item anterior, a Administração poderá aplicar à Empresa Proponente as seguintes penalidades, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do contrato:

**26.2.1**. Advertência;

**26.2.2.** Multa de 0,5% ao dia, aplicada sobre o valor dos itens faltantes, no caso de atraso na entrega dos produtos;

**26.2.3**. Multa de 10%, aplicada sobre o valor da ata ou ordem de fornecimento, no caso de recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho ou Assinatura da ata;

**26.2.4**. Multa de 10%, aplicada sobre o valor da ata, no caso de inexecução total ou rescisão por culpa da Empresa Proponente;

**26.2.5**. Multa de 0,5% ao dia, aplicada sobre o valor da ata, por descumprimento de outras obrigações previstas neste Edital e seus Anexos.

# 27. DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

**27.1.** Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o agente público, responsável pela gestão ou pela fiscalização do contrato, emitirá notificação escrita a empresa proponente, para regularização da situação;

**Parágrafo único** – A notificação a que se refere o *caput* deste artigo, será enviada pelos correios, com aviso de recebimento, ou entregue a empresa proponente mediante recibo ou, na sua impossibilidade, publicada em jornal de circulação no Município e publicado no Diário Oficial do Município;

**27.2.** Não havendo regularização da situação por parte da empresa proponente, em **até 48 (quarenta e oito) horas** após o recebimento da notificação, a unidade gestora da ata, a **SMTT,** deverá encaminhar à CPL, que, após a verificação da documentação, encaminhará ao setor jurídico para instaurar processo administrativo punitivo;

# 28. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

**28.1.** A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a presente licitação, em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**28.2.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual ou documento equivalente.

# 29. DA FRAUDE À LICITAÇÃO

**29.1.** A constatação, no curso da presente licitação, de condutas ou procedimentos que impliquem em atos, contrários ao alcance dos fins nela objetivados, ensejará a formulação de imediata representação ao MINISTÉRIO PÚBLICO para que sejam adotadas as providências direcionadas à apuração dos fatos e instauração do competente procedimento criminal, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para os fins estabelecidos no art. 88, inciso II, da Lei n° 8.666/93.

# 30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**30.1.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que seja atendido o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**30.2**. A empresa proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**30.3.** Reserva-se a Pregoeira o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

**30.4.** No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

1. adiada a data da abertura desta licitação;
2. alterada as condições do presente Edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.
   1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogála, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O MUNICÍPIO DE ITABAIANA poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
   2. É facultado a Pregoeira ou autoridade superior:
3. proceder consultas ou diligências que entender cabíveis, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;
4. relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da licitante, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação dos princípios básicos da licitação;
5. convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.
   1. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pela Pregoeira ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do Pregão e observadas a legislação em vigor.
   2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento; só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA.

# 31. DOS CASOS OMISSOS

**31.1.** Os casos omissos serão solucionados diretamente pela Pregoeira ou Autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições de Lei n° 8.666/93. de 21.06.93. Lei n.° 10.520, de 17.06.2002.

# 32. DO FORO

**32.1.** Para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato fica eleito o foro da cidade de Itabaiana, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

**Itabaiana/SE, 24 de novembro de 2020.**

**Maria da Graça de Jesus Neta Farias**

**Pregoeira**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**

# ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA\*

**\*Fonte: SMTT.**

## 1. DO OBJETO

**1.1.** A presente licitação tem por objeto Registrar Preços visando futuras contratações de empresas para prestação de serviços de fornecimento, implantação e manutenção das sinalizações horizontal e vertical; e de dispositivos auxiliares na malha viária, no município de Itabaiana, para suprir as necessidades dos órgãos públicos abaixo relacionados:

* Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT
* Fundo de Desenvolvimento do Transporte Coletivo de Itabaiana - FUNDETRANS

## 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 – As aquisições em tela visam atender às demandas da Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte e do Fundo de Desenvolvimento do Transporte Coletivo de Itabaiana, no que se refere ao prestação de serviços de fornecimento, implantação e manutenção das sinalizações horizontal e vertical; e de dispositivos auxiliares na malha viária, no município de Itabaiana.

2.2 – Os serviços, objeto da presente licitação, caracteriza-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

2.3 – A adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços enquadra-se perfeitamente nos perfilhados do Art. 2º, incisos III e IV, do Decreto Municipal n° 171, de 07 de dezembro de 2017, pela contratação para diversos órgãos públicos, proporcionando melhor planejamento dos gastos públicos, bem como em virtude da impossibilidade de se definir, prévia e exatamente, o quantitativo a ser demandado pela administração.

## 3. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS.

3.1 – A SMTT será o Órgão responsável pelo controle e administração da Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação.

3.2 – A emissão das Ordens de Serviços será da inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do registro, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto as Fornecedoras e serão formalizados através da emissão da(s) Nota(s) de Empenho(s).

3.3 – Não poderá ser emitida qualquer Ordem de Serviço sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

3.4 – Os itens objeto desta licitação, serão fornecidos de forma parcelada, mediante solicitação da SMTT e nas quantidades indicadas pela mesma, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de solicitação dos mesmos. Os serviços deverão ser realizados conforme indicação do Caderno Técnico de Sinalização de Trânsito, determinados pela Superintendência.

3.5 – Os itens serão conferidos por Servidores designados pela Autoridade Competente que atestarão o recebimento através de aposição de carimbo na Nota Fiscal.

3.6 – Na hipótese de os serviços e/ou materiais entregues não atenderem as especificações deste Edital e seus Anexos serão devolvidos mediante Termo de Devolução de materiais. Neste caso, a Fornecedora deverá providenciar a substituição dos materiais devolvidos por outro, escoimados dos defeitos apontados no Termo de Devolução, no prazo máximo de 15 (quinze) dias e 30 (dias) respectivamente para os materiais e equipamentos, contados do recebimento da comunicação expedida pela Autoridade Competente, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital.

## 4. DA GARANTIA

* 1. – O prazo de garantia dos equipamentos deverá atender as exigências contidas no Caderno Técnico de Sinalização de Trânsito (Anexo I A).

## 5. DEMONSTRATIVOS DAS QUANTIDADES , ESPECIFICAÇÕES E DO VALOR MÍNIMO DE INTERVALO ENTRE LANCES.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **A – SINALIZAÇÃO VERTICAL** | | | | | | | | | | |  |
| **Item** | | **Descrição dos Materiais / Serviços** | **Un.** | **Quant.** | | | **Valor Unitário R$** | | **Valor Total R$** | | **Valor**  **entre**  **lances**  **R$** |
| A-1 | | Poste em tubo de aço galvanizado, pesado, d=2" (50mm), altura útil=2,50m, altura total=3,50M, SAPATA 40\*40\*30CM | und | 300 | | | 169,08 | | 50.724,00 | | 3,38 |
| A-2 | | Poste em tubo de aço galvanizado, pesado, d=2" (50mm), altura útil=2,50m, altura total=3,00M, SAPATA 40\*40\*30CM | und | 600 | | | 143,20 | | 85.920,00 | | 2,86 |
| A-3 | | Confecção de placa em chapa de poliester reforçada com fibra de vidro com pelicula retrorefletiva tipo I+ I | m² | 300 | | | 255,45 | | 76.635,00 | | 5,10 |
| A-4 | | Fita metálica perfurada 38 x 3000mm, chapa 16 | und | 300 | | | 28,62 | | 8.586,00 | | 0,57 |
| A-5 | | Remoção de placas de sinalização | und | 50 | | | 17,24 | | 862,00 | | 0,34 |
|  | | **VALOR TOTAL** |  |  | | |  | | **222.727,00** | |  |
| **B – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL** | | | | | | | | | | |  |
| **Item** | **Descrição dos Materiais / Serviços** | | **Un.** | | **Quant.** | **Valor Unitário R$** | | **Valor Total R$** | |  | |
| B-1 | Fornecimento e Aplicação de sinalização horizontal com tinta acrilica emulsionada em água, processo mecânico NBR 13699, com aplicação de microesferas de vidro retrorefletivas drop-on IIA, conforme NBR-6831 | | m² | | 16000 | 14,16 | | 226.560,00 | | 0,28 | |
| B-2 | Fornecimento e Aplicação de sinalização horizontal com tinta acrilica emulsionada em água, processo manual NBR 13699, com aplicação de microesferas de vidro retrorefletivas drop-on IIA, conforme NBR-6831 | | m² | | 16000 | 14,16 | | 226.560,00 | | 0,28 | |
| B-3 | Remoção de Sinalização Horizontal por jateamento abrasivo úmido com vidro | | m² | | 300 | 40,49 | | 12.147,00 | | 0,80 | |
|  | **VALOR TOTAL** | |  | |  |  | | **465.267,00** | |  | |
| **C – DISPOSITIVOS AUXILIARES À SINALIZAÇÃO VIARIA** | | | | | | | | | | |  |
| **Item** | **Descrição dos Materiais / Serviços** | | **Un.** | | **Quant.** | **Valor Unitário R$** | | **Valor Total R$** | |  | |
| C-1 | Fornecimento e Implantação de Tachão Refletivo BiDirecional 24X15X5 CM | | un | | 3000 | 40,96 | | 122.880,00 | | 0,81 | |
| C-2 | Prisma de fechamento para estacionamento em pré-moldado de concreto, dimensões 1,00 x 0,20 x 0,17 m | | m | | 1000 | 15,60 | | 15.600,00 | | 0,31 | |
|  | **VALOR TOTAL** | |  | |  |  | | **138.460,00** | |  | |
|  |  | |  | |  |  | |  | |  | |
| **VALOR TOTAL** |  | |  | |  |  | | **826.454,00** | |  | |
|  |  | |  | |  |  | |  | |  | |

## 6.0 – DEMONSTRATIVO DOS QUANTITATIVOS POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES

**6.1 SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **A – SINALIZAÇÃO VERTICAL** | | | | | |
| **Item** | | **Descrição dos Materiais / Serviços** | **Un.** | **Quant.** | |  |  |
| A-1 | | Poste em tubo de aço galvanizado, pesado, d=2" (50mm), altura útil=2,50m, altura total=3,50M, SAPATA 40\*40\*30CM | und | 180 | |  |  |
| A-2 | | Poste em tubo de aço galvanizado, pesado, d=2" (50mm), altura útil=2,50m, altura total=3,00M, SAPATA 40\*40\*30CM | und | 360 | |  |  |
| A-3 | | Confecção de placa em chapa de poliester reforçada com fibra de vidro com pelicula retrorefletiva tipo I+ I | m² | 180 | |  |  |
| A-4 | | Fita metálica perfurada 38 x 3000mm, chapa 16 | und | 180 | |  |  |
| A-5 | | Remoção de placas de sinalização | und | 30 | |  |  |
|  | |  |  |  | |  |  |
| **B – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL** | | | | | |
| **Item** | **Descrição dos Materiais / Serviços** | | **Un.** | | **Quant.** |  |  |
| B-1 | Fornecimento e Aplicação de sinalização horizontal com tinta acrilica emulsionada em água, processo mecânico NBR 13699, com aplicação de microesferas de vidro retrorefletivas drop-on IIA, conforme NBR-6831 | | m² | | 9.600 |  |  |
| B-2 | Fornecimento e Aplicação de sinalização horizontal com tinta acrilica emulsionada em água, processo manual NBR 13699, com aplicação de microesferas de vidro retrorefletivas drop-on IIA, conforme NBR-6831 | | m² | | 9.600 |  |  |
| B-3 | Remoção de Sinalização Horizontal por jateamento abrasivo úmido com vidro | | m² | | 180 |  |  |
|  |  | |  | |  |  |  |
| **C – DISPOSITIVOS AUXILIARES À SINALIZAÇÃO** | | | | | |
| **Item** | **Descrição dos Materiais / Serviços** | | **Un.** | | **Quant.** |  |  |
| C-1 | Fornecimento e Implantação de Tachão Refletivo BiDirecional 24X15X5 CM | | un | | 1.800 |  |  |
| C-2 | Prisma de fechamento para estacionamento em pré-moldado de concreto, dimensões 1,00 x 0,20 x 0,17 m | | m | | 600 |  |  |
|  |  | |  | |  |  |  |

**6.2 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE COLETIVO DE ITABAIANA – FUNDETRANS**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **A – SINALIZAÇÃO VERTICAL** | | | | | |
| **Item** | | **Descrição dos Materiais / Serviços** | **Un.** | **Quant.** | |
| A-1 | | Poste em tubo de aço galvanizado, pesado, d=2" (50mm), altura útil=2,50m, altura total=3,50M, SAPATA 40\*40\*30CM | und | 120 | |
| A-2 | | Poste em tubo de aço galvanizado, pesado, d=2" (50mm), altura útil=2,50m, altura total=3,00M, SAPATA 40\*40\*30CM | und | 240 | |
| A-3 | | Confecção de placa em chapa de poliester reforçada com fibra de vidro com pelicula retrorefletiva tipo I+ I | m² | 120 | |
| A-4 | | Fita metálica perfurada 38 x 3000mm, chapa 16 | und | 120 | |
| A-5 | | Remoção de placas de sinalização | und | 20 | |
|  | |  |  |  | |
| **B – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL** | | | | | |
| **Item** | **Descrição dos Materiais / Serviços** | | **Un.** | | **Quant.** |
| B-1 | Fornecimento e Aplicação de sinalização horizontal com tinta acrilica emulsionada em água, processo mecânico NBR 13699, com aplicação de microesferas de vidro retrorefletivas drop-on IIA, conforme NBR-6831 | | m² | | 6.400 |
| B-2 | Fornecimento e Aplicação de sinalização horizontal com tinta acrilica emulsionada em água, processo manual NBR 13699, com aplicação de microesferas de vidro retrorefletivas drop-on IIA, conforme NBR-6831 | | m² | | 6.400 |
| B-3 | Remoção de Sinalização Horizontal por jateamento abrasivo úmido com vidro | | m² | | 120 |
|  |  | |  | |  |
| **C – DISPOSITIVOS AUXILIARES À SINALIZAÇÃO** | | | | | |
| **Item** | **Descrição dos Materiais / Serviços** | | **Un.** | | **Quant.** |
| C-1 | Fornecimento e Implantação de Tachão Refletivo BiDirecional 24X15X5 CM | | un | | 1.200 |
| C-2 | Prisma de fechamento para estacionamento em pré-moldado de concreto, dimensões 1,00 x 0,20 x 0,17 m | | m | | 400 |
|  |  | |  | |  |

## 7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

**7.1.** Na execução do objeto do contrato, obriga-se a **CONTRATADA** :

1. fornecer os serviços em conformidade com o estabelecido neste Termo e seus anexos, de primeira qualidade, atendendo as condições e quantidades estipuladas.
2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços fornecidos, nos termos da legislação vigente.
3. substituir os serviços que esteja (m) desconforme(s) com o estabelecido no instrumento Convocatório e no Termo de Referência, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** a contar da notificação da **SMTT** à **CONTRATADA**;

**c.1)** O prazo para substituição poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela fornecedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **SMTT**.

1. submeter à aprovação da **contratante** toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.
2. Assegurar a **CONTRATADA** o direito de fiscalizar, sustar, mandar refazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, sem ônus para a Órgão Gestor, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização eximirá a mesma de suas responsabilidades.
3. apresentar documento fiscal específico discriminando todos os produtos fornecidos, com indicação de preços unitários e total;
4. respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Órgão Gestor do contrato;
5. responder pelos danos causados diretamente a Secretaria solicitante ou a terceiros, decorrente de culpaou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela **SMTT.**
6. solicitar em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigaçõescontratuais;
7. manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, durante a execução do instrumentocontratual, todas as **condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.**
8. Para os serviços com garantia, caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta obrigação, a licitante deverá complementar a garantia do serviço ofertado pelo tempo restante, obrigando-se a substituí-los, imediatamente, sem qualquer ônus para a contratante, caso se constate, nesse período, qualquer avaria, defeito ou outra circunstância que os impeçam de produzir a utilidade a que se destinam, salvo se tal condição, comprovadamente, decorrer de motivo a que houver dado causa a Contratante, caso fortuito ou força maior.
9. Arcar com os custos de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários,e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem no fornecimento dos bens.

**6.1.2. É EXPRESSAMENTE VEDADA À CONTRATADA**:

1. A veiculação de publicidade acerca do contrato dela decorrente, salvo se houver prévia autorização da

Administração da **SMTT**;

1. A subcontratação parcial do objeto da licitação, ou associação da CONTRATADA com outrem sempermissão e aprovação, por escrito, da **SMTT**;

**b.1)** A subcontratação total do objeto, ou a sua cessão ou transferência total a outrem, sendo possível a subcontratação parcial nos termos descritos no item anterior;

1. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da **SMTT**, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **SMTT.**

**6.2. DEVERES DA CONTRATANTE**

**6.2.1.** Na execução do objeto, obriga-se a **CONTRATANTE** a:

1. prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA;
2. Disponibilizar local adequado para o recebimento dos produtos;
3. notificar, por escrito, à **CONTRATADA** quaisquer irregularidades encontradas nos produtos fornecidos;
4. Fiscalizar e inspecionar os produtos entregues, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao definido.
5. atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), após efetiva entrega dos produtos;
6. participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dosprodutos;
7. designar representante com competência legal para proceder aoacompanhamento e fiscalização dos produtos fornecidos.
8. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da vencedora,informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer.
9. Efetuar o pagamento com pontualidade, consoante às condições definidas no instrumento contratual ouinstrumento equivalente.
10. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições dos produtos, fixandoprazos para sua correção.

## 7. DO LOCAL, PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE ENTREGA

**7.1.** A **SMTT** formalizará a solicitação dos serviços através da **Ordem de Serviço**, para que a mesma realize a entrega dos serviços.

**7.2.** Os produtos solicitados deverão ser entregues nas quantidades solicitas, no prazo máximo de **15 (quinze) dias,**  a contar do recebimento da ordem de serviço e nota de empenho.

**7.2.1.** O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado em caso de força maior, devidamente comprovado pela empresa vencedora, por escrito, até **24 (vinte e quatro) horas** antes da data fixada para a entrega.

**7.2.2.** Todos serviços entregues, deverão conter, quando da emissão da Nota Fiscal, prazo de garantia.

**7.3.** A entrega dos produtos serão de inteira responsabilidade do licitante vencedor do item, ficando ainda, responsável por toda despesa decorrente do transporte do produto licitado

**7.4.** A falta dos produtos, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto desta licitação e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

**7.5.** Na hipótese dos produtos entregues não atenderem as especificações deste termo, serão devolvidos mediante Termo de Devolução.

**7.6.** A CONTRATADA deverá providenciar a substituição dos produtos devolvidos por outros escoimados dos defeitos apontados no Termo de Devolução, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** , contados do recebimento da comunicação expedida autoridade competente, sob pena de aplicação das penalidades previstas no item das sanções.

**7.7.** Cumpridas as formalidades de recebimento dos serviços, o servidor responsável atestará as Notas Fiscais através de aposição de carimbo com assinatura e as encaminhará para pagamento.

**7.9.** A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se fizerem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de material empregado, sendo, ainda, responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, até o final do período de garantia;

## 8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E DO GERENCIAMENTO

**8.1.** As obrigações assumidas deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

**8.2.1.** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à adjudicatária serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

**8.2.2.** O recebimento provisório ou definitivo não exime a responsabilidade da adjudicatária a posteriori. Deverão ser substituídos os materiais que, eventualmente, não atenderem as especificações do edital.

**8.3.** Todos os produtos deverão estar em conformidade com a Nota de Empenho, que poderá ser companhada da Relação de Itens ou de outro documento emitido pela **SMTT.**

* 1. A execução do objeto será fiscalizada e gerenciada por representante da CONTRATANTE,especialmente designado para esse fim, a ser oportunamente indicado pela **SMTT.**
  2. A **SMTT**, CONTRATANTE, registrará todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

1. atestar as notas fiscais correspondentes à execução do objeto contratual;
2. solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas asprovidências necessárias para a boa execução do objeto contratual;
3. emitir pareceres em todos os atos da Administração, relativos à execução do objeto e em especial, naaplicação das sanções estabelecidas;
4. fiscalizar a execução do objeto contratado, de modo que sejam cumpridas integralmente as condiçõesestabelecidas;
5. determinar o que for necessário à regularização de faltas verificadas;
6. sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer exigência sua;
7. registrar as ocorrências havidas, firmado com o preposto da **CONTRATADA**;

**8.6.** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

## 9. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

**9.1.** O pagamento será efetuado após empenho e liquidação da despesa por meio de crédito em contacorrente indicada pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até **30 (trinta) dias consecutivos**, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo Setor responsável pelo recebimento da Secretaria contratante.

**9.2.** Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, com o documento de cobrança, atualizações das certidões, que na ocasião estiverem vencidas, de regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, FGTS, negativa de débitos Federal, Estadual, Municipal e Trabalhista.

**9.3.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**9.4.** Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

**9.5.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**9.6.** O preço será fixo e não sofrerá reajuste.

## 10. DA ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO

**10.1.** Os detalhamentos dos custos unitários utilizados para compor o valor de referência encontram-se descritos na planilha de comparação de preços, constante dos autos do processo;

**10.2.** O valor global estimado é da ordem de **R$ 826.454,00** ( oitocentos e vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais), conforme média constante dos auto.

**ANEXO A-I**

**CADERNO TÉCNICO DE ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL, HORIZONTAL E DISPOSITIVOS AUXILIARES DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA.**

Este caderno técnico foi desenvolvido como forma de orientação nas especificações de produtos e serviços apresentados a seguir, visando atender a execução dos projetos de sinalização na malha viária do município de Itabaiana.

Compõem o presente anexo as seguintes especificações:

# ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - SINALIZAÇÃO VERTICAL

1. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**
2. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - DISPOSITIVOS AUXILIARES**
3. **PROJETOS E DETALHAMENTOS**

Todos os itens e condições especificados a seguir fazem parte da solução exigida para o atendimento à solução a ser adotada, sendo suas características de caráter preponderante.

# SINALIZAÇÃO VERTICAL

* 1. **PLACAS DE SINALIZAÇÃO**

As placas de sinalização deverão ser confeccionadas em chapas de alumínio composto (ACM).

# PLACAS EM ALUMÍNIO COMPOSTO

* + - 1. **Características Técnicas Gerais**
         1. As placas devem ser confeccionadas em chapas de alumínio composto (ACM), com uma espessura total de 3mm, que contará com duas laminas de alumínio em espessura de 0,21mm em cada lado, contendo um núcleo termoplástico com uma das faces na cor preta e a outra em alumínio natural sem tratamento químico com espessura total de 3mm.
         2. Os símbolos, letras, legendas, números, orlas e tarjas deverão ser executados em película refletiva grau técnico, nas cores específicas e legalmente regulamentadas para cada tipo de placa.

# Características Técnicas Específicas

* + - * 1. **Documentos Específicos**

Na aplicação desta especificação é obrigatório atender:

***- NBR 16179:2013–*** ***Sinalização vertical viária — Chapas de alumínio composto para confecção de placas de sinalização —Requisitos e métodos de ensaio.***

* 1. **REQUISITOS GERAIS**
     1. A aplicação de películas deve ser efetuada por meio de equipamentos adequados que propiciem a máxima aderência entre: chapa e películas de tarjas, orlas, símbolos, setas, letras, etc, evitando-se a ocorrência de bolhas, rugosidades, etc.
     2. Deverão constar no verso das placas, na cor branca, os seguintes dizeres: Prefeitura Municipal de Itabaiana/Contrato...../20XX e o logotipo da SMTT, mês e ano de fabricação e a identificação da Contratada.
     3. As placas serão instaladas com todos os reforços estruturais e os dispositivos de fixação necessários, tais como: perfis metálicos, abraçadeira, parafusos, porcas, arruelas. Os dispositivos de fixação deverão estar de acordo com os padrões especificados neste Anexo.
     4. As placas devem ser confeccionadas de acordo com os projetos de sinalização, obedecendo-se os padrões fornecidos pela SMTT, que conterão as dimensões, cores, mensagens, tipo e tamanho de letras, etc.

# CORES E FORMATOS

* + 1. As cores e os formatos das placas devem seguir os padrões abaixo descritos:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Tipo de Placa | Forma | Elementos | Cor |
|  |  |  |  |
|  |  | Fundo | Branca - N9,5 (Tolerância N9,0) \* |
| Placas de |  | Tarja | Vermelha - 7,5 R 4/14 \* |
| Regulamentação | Circular | Orla | Vermelha - 7,5 R 4/14 \* |
|  |  | Símbolos | Preta - N 1,0 \* |
|  |  | Letras/Números | Preta - N 1,0 \* |
| Verso das placas | Diversos | Fundo | Preta – N1,0 (tolerância N0,5 a 1,5) \* |
|  |  | Letras/Números | Branca - N9,5 (Tolerância N9,0) \* |

**1.3.2** As placas de regulamentação e de advertência deverão atender ao Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação e ao Volume II – Sinalização Vertical de Advertência, respectivamente, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – CONTRAN, quanto a diagramação de letras, setas, algarismos, tarjas, orlas e pictogramas.

# DISPOSITIVOS DE FIXAÇÃO

# 2.1– Longarinas / Abraçadeiras

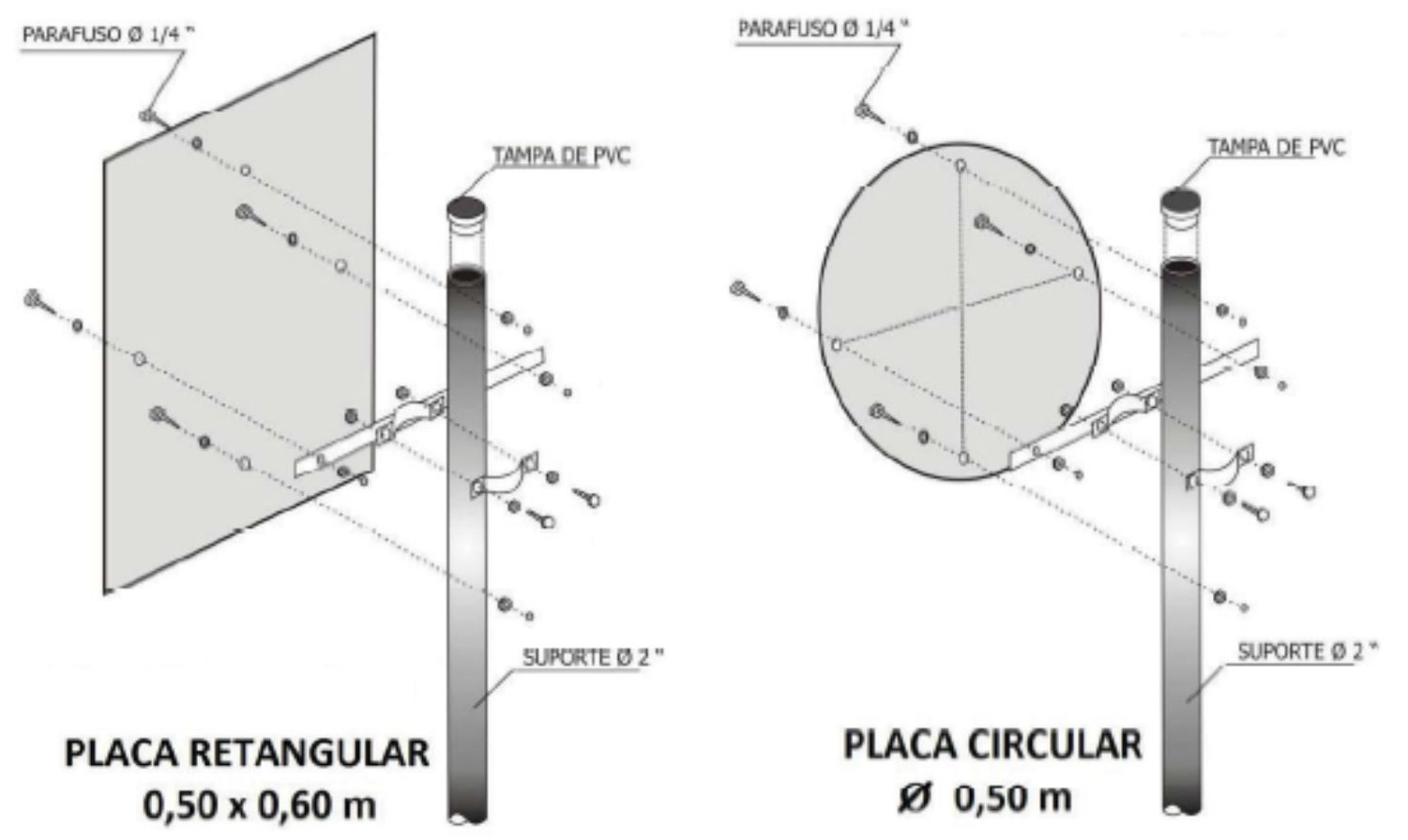
Deverão ser confeccionados em aço carbono SAE 1010/1020 galvanizado a quente, após as operações de furação e solda. As especificações para a galvanização são as mesmas apresentadas para o suporte.

Essas peças não poderão apresentar trincas, fissuras, rebarbas ou bordas cortantes e deverão ser limpas, isenta de terra, óleo, graxa, sais ou ferrugem. Toda escória de solda, bem como respingos, deverão ser removidos e seguidos de escoamento.

## 2.2– Porcas, parafusos, arruelas

As porcas, parafusos e arruelas (D=1/4”) deverão ser de aço galvanizado a fogo e centrifugado.

A Figura abaixo apresenta o detalhe construtivo da fixação do suporte à placa utilizando-se longarina, abraçadeira, parafusos, porcas e arruelas.

Detalhe Construtivo.

## 2.3– DISPOSITIVO ANTI-GIRO

Na parte inferior do suporte, deverão ser soldadas 2 (duas) peças de 15 cm de ferro chato 1/8” x 3/4”, no sentido transversal, distando de 100 a 300 mm da base (a ser imerso na Fundação) (ver figura abaixo).

Esse dispositivo tem a finalidade de propiciar à placa de sinalização reação contrária à ações externas que tendem a fazer a placa girar sobre seu eixo vertical.

## 2.4– FUNDAÇÃO

A Fundação da placa, fixação do suporte ao solo, deverá ser feita utilizando-se concreto fck de 15 MPa e acabamento com argamassa de cimento e areia no traço em volume 1:3 (cimento, areia) ou compatível com o piso existente na calçada, conforme detalhamento abaixo.

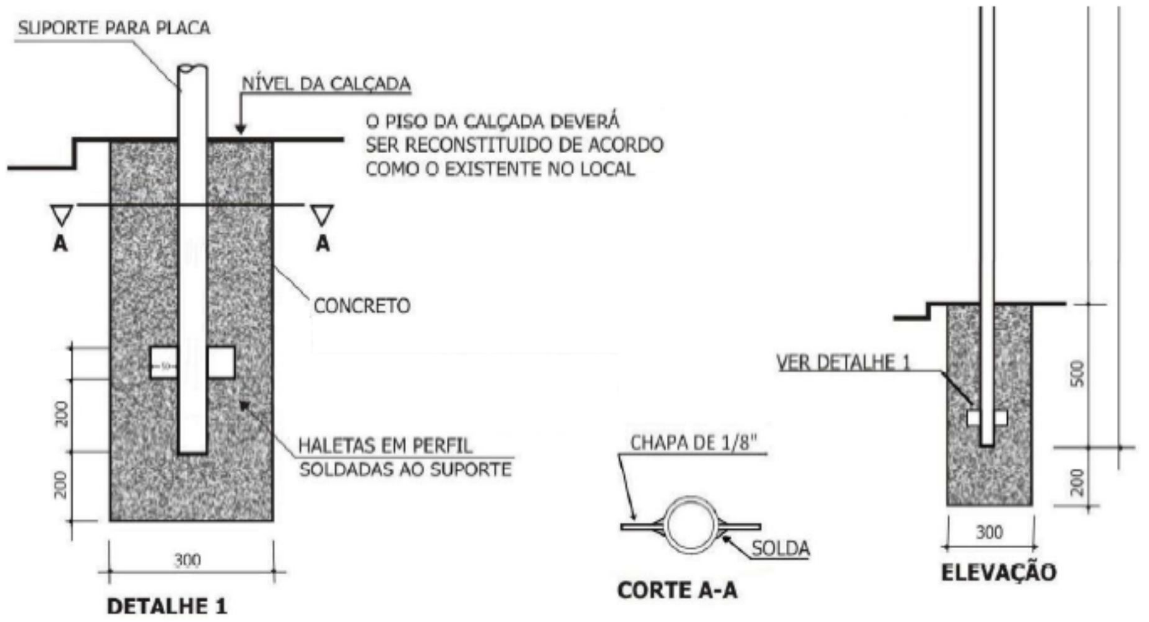
Para colunas de 3,50m de comprimento, a forma da Fundação deverá ser do tipo sapata com diametro de 30cm e profundidade de 50cm.

**l 40cm l**

**l 30cm l **

**l 40 l d**

**l 30 l **



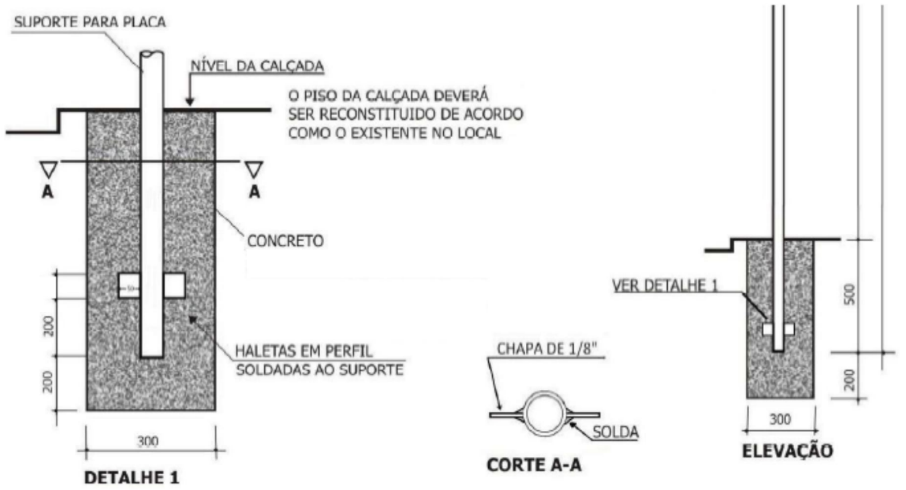
Para colunas de 3,00m de comprimento, a forma da Fundação deverá ser do tipo sapata com diametro de 25cm e profundidade de 40cm.

**l 40 l **

**l 40cm l**

**l 25cm l **

**l 25 l **

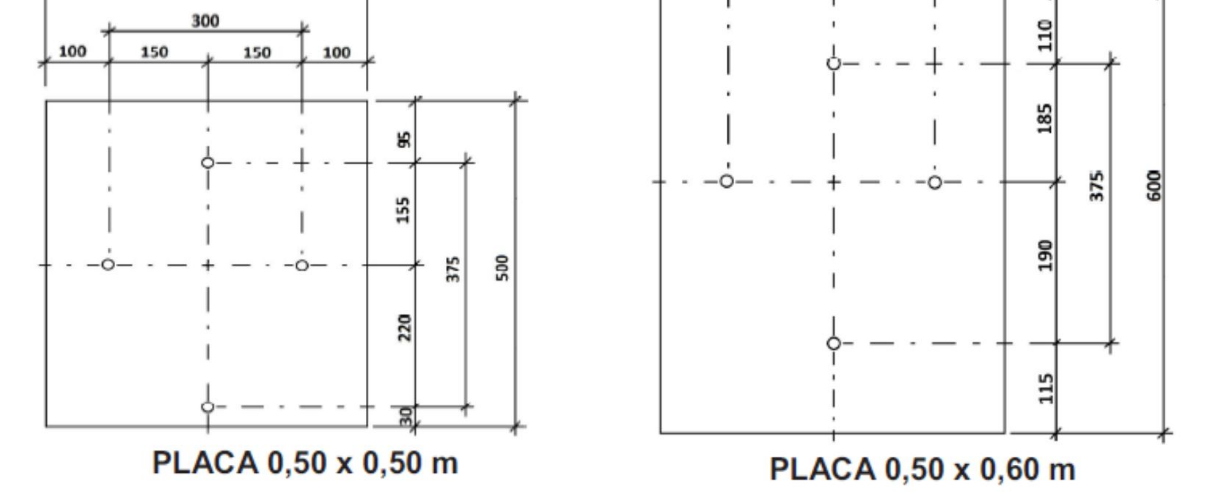
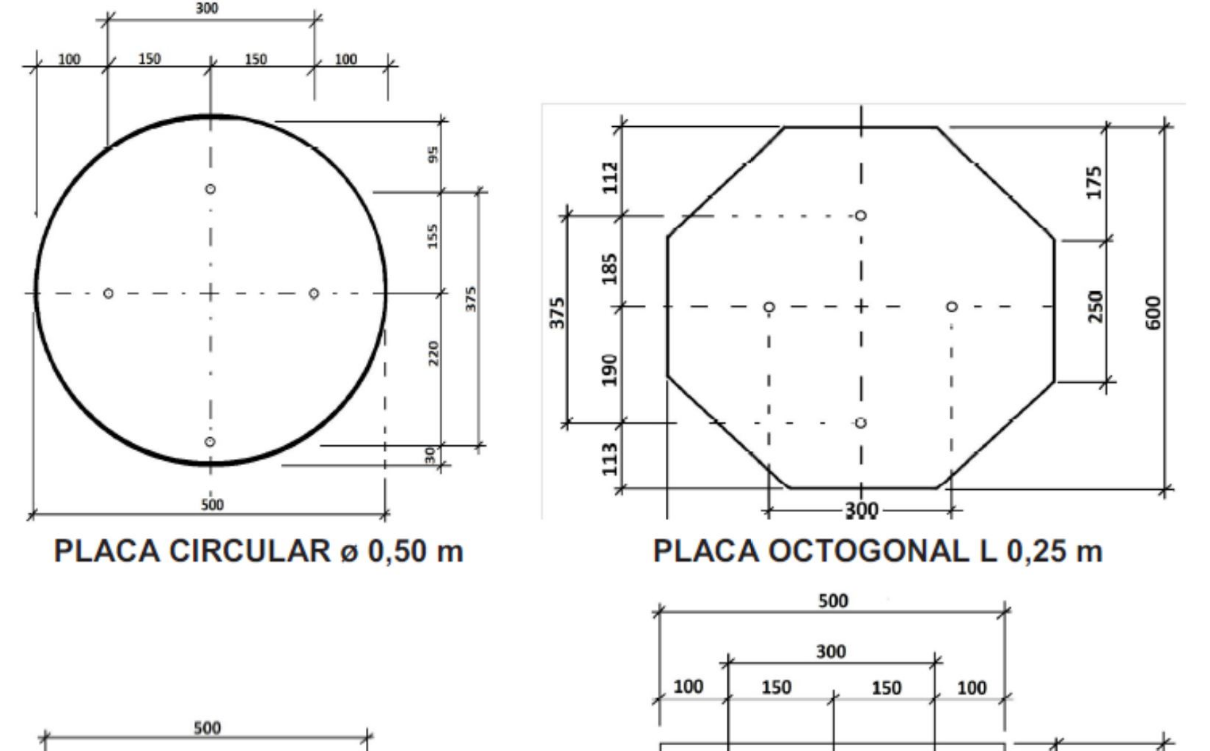


## 2.5– FURAÇÃO

A furação de placas deve ser compatível com o tipo e as dimensões de cada placa, de modo a se encaixar perfeitamente aos dispositivos de fixação e ao próprio suporte. Portanto, serão apresentados na figura abaixo apenas alguns modelos de furação. Os casos aqui não retratados devem ser detalhados individualmente, conforme será citado em no Item 6 (Casos Omissos).

Os detalhes apresentados na figura abaixo ilustram somente a placa. No entanto, a furação das longarinas e abraçadeiras seguem o mesmo padrão, partindo do eixo do suporte. Os furos são de diâmetro necessário para parafusos D=1/4”.

O processo de furação deve ser anterior ao processo de galvanização, para que a galvanização não seja danificada pela furação e também para que as paredes laterais do furo recebam a galvanização e não representem um ponto frágil a peça.



**l 700 l**

Placa octogonal L 27cm

**Placa retangular 50 x 70 cm**

Modelos de Placa com Furação.

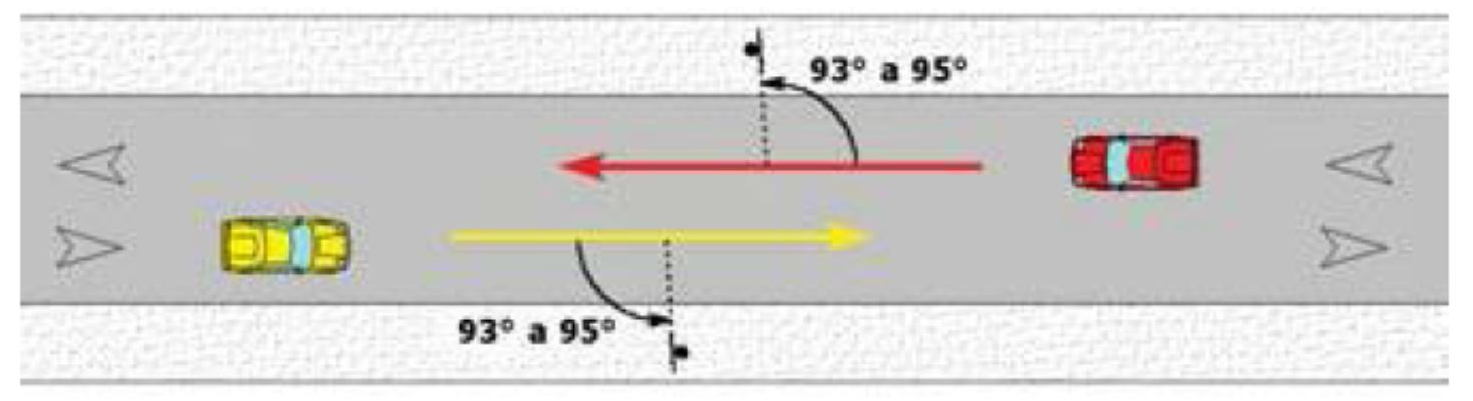
## 2.6– ALTURA DE INSTALAÇÃO DA PLACA

O Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito especifica que as placas de sinalização de vias urbanas devem estar entre 2,0 e 2,5 metros de altura em relação ao piso acabado.

## 2.7– POSICIONAMENTO NA VIA

A regra geral de posicionamento das placas de sinalização consiste em colocá-las no lado direito da via no sentido do fluxo de tráfego que devem regulamentar.

As placas de sinalização devem ser colocadas na posição vertical, fazendo um ângulo de 93º a 95º em relação ao sentido do fluxo de tráfego, voltadas para o lado externo da via. Esta inclinação tem por objetivo assegurar boa visibilidade e leitura dos sinais, evitando o reflexo especular que pode ocorrer com a incidência de faróis de veículos ou de raios solares sobre a placa.



Posicionamento na Via

Nas vias urbanas de trânsito rápido recomenda-se manter uma distância mínima de 50 (cinquenta) metros entre uma placa e outra, de modo a permitir a leitura de todos os sinais, em função do tempo necessário para a percepção e reação dos condutores.

O afastamento lateral das placas (figura acima), medido entre a borda lateral da mesma e da pista (meio-fio), deve ser, no mínimo, de 30cm.

* 1. **-SUPORTES METÁLICOS**

**2.8.1.** Os suportes metálicos deverão ser confeccionados em tubos de aço carbono SAE 1010/1020, galvanizados à quente, com costura longitudinal. A galvanização deverá ser executada nas superfícies interna e externa, com deposição mínima de zinco igual a 350 g/m2.

**2.8.2.** A galvanização deverá ser uniforme, não podendo haver falhas de zincagem, nem descamação.

**2.8.3.** Os suportes deverão ser confeccionados com as seguintes características:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Composição química | | | |
| Descrição | mínimo | | Máximo |
| Teor de Carbono | 0,08% | | 0,23% |
| Teor de Fósforo | - | | 0,04% |
| Teor de Enxofre | - | | 0,05% |
| Teor de Manganês | 0,30% | | 0,90% |
| Teor de Silício | - | | 0,10% |
| Propriedades mecânicas | | | |
| Limite de resistência à tração | | Mínimo 320 Mpa | |
| Limite de escoamento | | Mínimo 180 Mpa | |
| Alongamento em 50mm | | Mínimo 23% | |
| As peças quando submetidas aos ensaios de achatamento, não deverão apresentar fissuras nas superfícies internas ou externas dos tubos. Além  disso, não devem aparecer evidências de esfolheamento, falta de solidez ou defeitos de solda no decorrer de todo o ensaio. | | | |

* + 1. Todas as peças deverão ser ensaiadas em laboratório. Os ensaios visam determinar:
       1. Peso da camada de zinco (ensaios de acordo com a NBR 7397).
       2. Aderência da camada de zinco (ensaios de acordo com a NBR 7398 – Método do dobramento).
       3. Uniformidade da camada de zinco (ensaios de acordo com a NBR 7400).
       4. Espessura da camada de zinco (ensaios de acordo com a NBR 7399).
       5. Características dimensionais (conforme especificado neste Anexo).

# CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS

* + 1. **Suporte Tipo I – Coluna de 2”**
       1. O suporte tipo I terá diâmetro de 2 polegadas e comprimento de 3,20 metros. Deverá ter uma espessura mínima de parede de 3,75 milímetros.
       2. Na parte inferior do suporte tipo I, a 30 centímetros da extremidade do tubo, devem ser soldadas 2 (duas) aletas retangulares anti-giro de 10 centímetros de largura por 20 centímetros de altura.
       3. A parte superior do tubo deve ser vedada com um tampão de PVC, com espessura mínima de 3mm, devendo conter nervuras para impedir deformações e evitar o acúmulo de água.
       4. Para a fixação do suporte ao solo, deverá ser utilizado um berço de pedra de mão e concreto no traço 1:3:4 (cimento, areia, brita). A camada de concreto deverá ter espessura de 30cm (da base da aleta anti-giro até o revestimento da calçada/canteiro).
       5. Após a fixação do suporte no solo, a calçada deverá ser recuperada conforme o revestimento existente, ficando sob responsabilidade da Contratada todos e quaisquer danos causados pelo uso de meios e métodos inadequados na retirada/reposição do revestimento.

## 3 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Todas as placas serão medidas e pagas por m² (metro quadrado), devendo estar incluídos na Composição de Preços Unitários todos os serviços necessários para a sua confecção e instalação, bem como os dispositivos de fixação, tais como: longarina, abraçadeiras, parafusos, porcas e arruelas.

No caso de placas circulares e octogonais, sugere-se que a área a ser considerada na composição de custo seja a do quadrado envolvente. Com isso, já estaria sendo incluída a parcela de perda no corte irregular desse tipo de placa.

A quantidade de tubo galvanizado para a confecção do suporte deve ser a soma necessária para compor as três partes do suporte (fundação: 30 cm, altura livre: 240 cm, e fixação da placa: de acordo com a placa, 50 cm da borda superior da placa). No entanto, para fins de composição de custo, sugere-se que seja considerada a perda entre a quantidade útil de material e o tamanho da peça comercial, uma vez que não é permitida a emenda de pedaços para montar o suporte (peça única).

# GARANTIA DA SINALIZAÇÃO VERTICAL

A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reimplantar ou substituir,

às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de produtos empregados, durante toda a vigência do contrato.

# B SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

1. **CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS GERAIS**

A Sinalização Horizontal deverá atender ao Volume IV - Sinalização Horizontal do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – CONTRAN.

# TIPOS DE APLICAÇÃO DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

* + 1. **Pintura mecanizada**
       1. Composta por faixas seccionadas e contínuas que deverão ser executadas nas cores amarela, branca e vermelha conforme o caso e terão largura e comprimento variável e devidamente aprovados pela SMTT.

# Pintura manual

* + - 1. Faixa de pedestres, retenção, canalização, áreas zebradas, setas, legendas, etc.,
      2. As sinalizações tais como faixas, retenções e setas devem ser pintadas utilizando-se chapas dispostas adequadamente sobre uma pré-marcação. Já no caso de sinalizações de legendas, símbolos ou pictogramas tornam-se necessária a confecção de gabaritos específicos.
      3. Apesar da grande flexibilidade da aplicação manual, o processo é inadequado para a pintura de faixas que se estendam por trechos muito longos, devendo utilizar para tal a pintura mecanizada.

# REMOÇÃO DE PINTURA EXISTENTE

* + 1. Os serviços de remoção das demarcações ou inscrições no pavimento executadas com tinta a base de solvente, tinta a base de água ou termoplástico, deverão ser feitos pelo processo abrasivo, ou seja, a remoção será realizada aquecendo-se o local com maçarico e procedendo a uma raspagem superficial do pavimento com espátulas. A remoção do material termoplástico poderá ser precedida de uma quebra da demarcação ou inscrição com auxílio de uma machadinha.
    2. Não será permitido o processo de remoção das demarcações ou inscrições no pavimento através do seu simples recobrimento com tinta.

# EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTURA

* + 1. **Preparação do Pavimento**
       1. A superfície a ser pintada deve se apresentar seca e livre de sujeira ou qualquer outro material estranho (óleos, graxas, etc.) que possa prejudicar a aderência do material ao pavimento.
       2. Quando a simples varrição ou jato de ar não forem suficientes para remover todo o material estranho, o pavimento deve ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido, sendo tal serviço de inteira responsabilidade da Contratada.

# Pré-Marcação

* + - 1. Quando a superfície a ser pintada não apresentar marcas existentes que possam servir de guias, deve ser feita a pré-marcação antes da aplicação da tinta ou do material termoplástico na via, rigorosamente de acordo com as cotas e dimensões fornecidas em projeto.

# Aplicação

* + - 1. As sinalizações devem ser executadas nos locais e nas dimensões e espaçamentos indicados nos projetos de engenharia elaborados e/ou fornecidos pela CONTRATADA e devidamente aprovado pela SMTT.

**1.3.3.2.** As equipes de pintura deverão, antes de iniciar a demarcação, efetuar a verificação da temperatura ambiente e umidade relativa do ar, sendo que estes deverão estar em conformidade com as NBR’s específicas requeridas neste anexo*.*

* + - 1. Na aplicação da sinalização horizontal deve ser utilizado material suficiente, de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas e uma película de cor e largura uniformes.
      2. As tintas devem ser aplicados de forma que não seja necessária nova aplicação para atingir a espessura especificada.
      3. Deverão ser incorporadas à tinta emulsionada em água, antes da sua aplicação, microesferas de vidro do tipo I-B, e concomitantemente com sua aplicação deverão ser lançadas microesferas de vidro do tipo II-B.
      4. Na execução das marcas retas, qualquer desvio dos alinhamentos excedendo 0,01m em 10m, deve ser corrigido.
      5. As sinalizações aplicadas deverão ser protegidas durante o tempo de secagem, de todo tráfego de veículos, bem como de pedestres. A Contratada será diretamente responsável e deve colocar todos os dispositivos necessários para o adequado isolamento da área.

# MEDIÇÃO DA RETRORREFLETÂNCIA

* + 1. Para a medição da retrorrefletância inicial ou residual a CONTRATADA deverá utilizar um retrorrefletômetro, onde deverão ser efetuadas no mínimo 8 (oito) leituras em cada marca ou inscrição. A medida da retrorrefletância será calculada através da média aritmética das medições efetuadas em cada marca ou inscrição.

# CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS

1. **PINTURA À BASE DE RESINA ACRÍLICA EMULSIONADA EM ÁGUA**
   1. **Materiais**
2. Tinta a base de resina acrílica emulsionada em água;
3. Microesferas de vidro do tipo I-B: de 200g a 250g para cada litro de tinta;
4. Microesferas de vidro do tipo II-B: de 350g para cada metro quadrado de tinta aplicada.

# Especificações dos materiais

Para a pintura à base de resina acrílica emulsionada em água deverão ser atendidas as seguintes Normas Técnicas:

* ABNT NBR 6831 – Sinalização horizontal viária - Microesferas de vidro – Requisitos
* ABNT NBR 13699 – Sinalização horizontal viária – Tinta a base de resina acrílica emulsionada em água – Requisitos e método de ensaio.

# Equipamentos para a realização da pintura

A Contratada deverá dispor de todos os equipamentos abaixo descritos para a aplicação e remoção de tinta emulsionada em água.

* + - 1. As máquinas para aplicação pelo processo mecânico devem conter no mínimo:

1. Motor para auto-propulsão;
2. Compressor de ar, com tanque e pulmão;
3. Tanques pressurizados individualizados para a tinta branca, amarela e vermelha;
4. Mexedores manuais, mecânicos e hidráulicos;
5. Tanque pressurizado para solvente, contendo conjunto de mangueiras e torneiras para limpeza automática das pistolas de pintura;
6. Conjunto para microesferas de vidro, contendo reservatório e semeador, sendo este automatizado ou por gravidade;
7. Seqüenciador automático para espaçamentos previamente ajustados;
8. Conjunto de pintura contendo no mínimo duas pistolas, devendo ser oscilante para manter constante a distância da pistola do pavimento;
9. Pistolas com atuação pneumática que permita a regulagem da largura das faixas;
10. Discos limitadores de faixas para o perfeito delineamento das bordas;
11. Dispositivos balizadores ou miras óticas para direcionamento da unidade aplicadora durante a execução da demarcação;
12. Quadro de instrumento de controle operacional contendo minimamente:
    * Válvula reguladora do ar do comando, uma por pistola;
    * Válvula reguladora do ar do atomizado, uma por pistola;
    * Válvula reguladora do ar para pressurização dos tanques de tinta; e
    * Disposição para acionamento das pistolas.
      + 1. As máquinas para aplicação de tinta pelo processo manual devem conter no mínimo:
13. Motor para auto-propulsão;
14. Compressor de ar, com tanque e pulmão;
15. Tanques pressurizados individual para tinta branca, amarela e vermelha;
16. Mexedores manuais, mecânicos ou hidráulicos;
17. Tanque para solvente para limpeza das mangueiras e pistolas; e

**f** ) Pistolas manuais atuadas pneumaticamente com as respectivas mangueiras.

* + - 1. Para a limpeza da superfície a ser demarcada:

**a)** Escovas, vassouras, compressores, aspersores e etc.

* + - 1. Para a remoção das demarcações:

1. Maçarico e espátula.

# Espessura

* + - 1. A espessura da tinta após a aplicação, quando úmida, deverá ser de no mínimo 0,5mm quando medida sem adição de microesferas de vidro tipo II.

# Medida da Retrorrefletância

* + - 1. A retrorrefletância inicial deverá ser maior do que 220 mcd/lux/m2 para a demarcação na cor branca e maior do que 170 mcd/lux/m2 para a demarcação na cor amarela. A retrorrefletância residual para as demarcações nas cores branca ou amarela deverá ser maior do que 130 mcd/lux /m2.
      2. A retrorrefletância inicial deverá ser medida em até 30 (trinta) dias posteriores a aplicação e a retrorrefletância residual após 30 (trinta) dias da aplicação até o fim da garantia a seguir descrita.

# Garantia Específica

* + - 1. Independentemente dos ensaios e inspeções e considerando um volume de tráfego de até 10.000 veículos por faixa por dia, a durabilidade da sinalização implantada deve ser de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da data de conclusão do serviço. No período de garantia a demarcação viária deve ser refeita imediatamente, sem nenhum ônus para a Contratante, sempre que:

1. Houver mais de 40% de desgaste por marca e inscrição e/ou;
2. A medida da retrorrefletância for inferior a 130 mcd/lux/m2 (retrorrefletância residual) para as demarcações nas cores branca ou amarela.

# C DISPOSITIVOS AUXILIARES À SINALIZAÇÃO

1. **TACHÃO**
   1. **ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS**

Para a confecção da tacha e do tachão deverão ser atendidas as seguintes Normas Técnicas:

1. ***ABNT NBR 14636 – Sinalização Horizontal Viária – Tachas Refletivas Viárias - Requisitos***
   1. **CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS GERAIS**
      1. O tachão deverão ser a base de resina de poliéster com óxido de silício, quartzo ou pó de pedra, que receberão pigmentação amarela ou branca. A superfície externa deverá ser absolutamente lisa e a superfície inferior com rugosidade para garantir sua perfeita aderência ao pavimento. As peças deverão ser monodirecional ou bidirecional.
      2. Os elementos refletivos deverão manter valores mínimos para desempenho de retrorrefletividade de acordo com a ABNT NBR 14636 e deverão estar perfeitamente embutidos no corpo da tacha, bem com resistir aos impactos ocasionados pelas condições do fluxo do tráfego de veículos e resistir às condições ambientais (intempéries, poluição, temperatura, etc.).
      3. As peças deverão ter, embutido em seu corpo, um ou dois pinos, conforme o tipo, na forma de parafuso, com cabeça tipo francesa, em aço- carbono galvanizado, apresentando superfície rosqueada, ou outra forma de ranhura no sentido transversal, para permitir melhor fixação e aderência do pino ao material das peças e ao pavimento.
      4. As peças deverão ser confeccionadas de acordo com as características técnicas detalhadas nas Especificações Técnicas – Desenhos e Detalhes.

# Características Físicas

# Tachão

Cores da Superfície Externa: Amarela 10 YR 7,5/14, com tolerância de 10YR 8/16 - padrão Munsell.

Dimensões externas: 240 (+ou-10)mm x 155 (+ou-5)mm x 50 (+ou- 2,5)mm.

Número de pinos de fixação: 02 (dois) Diâmetro do pino de fixação: ½” = 12,7mm.

Comprimento externo pino de fixação: 70 (+ou-5)mm Comprimento total do pino de fixação: 95 (+ou-5)mm Espaçamento entre pinos: 140 (+ou-10)mm.

Largura do elemento refletivo: 14mm Comprimento do elemento refletivo: 150mm Resistência à compressão mínima: 15.000 kgf.

Coeficiente de intensidade luminosa: Tabelas 2 e 3 da NBR 14363 (para VDM de 6000 a 10000).

# IMPLANTAÇÃO

* + 1. **Limpeza do Pavimento**
       1. A superfície a ser instalada a peça deve se apresentar seca, livre de sujeira ou qualquer outro material estranho (óleos, graxas, etc.) que possa prejudicar a aderência do material ao pavimento.
       2. Quando a simples varrição ou jato de ar não forem suficientes para remover todo o material estranho, o pavimento deve ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido, sendo tal serviço de inteira responsabilidade da Contratada.

# Pré-marcação

* + - 1. Quando a superfície a ser pintada não apresentar marcas existentes que possam servir de guias, deve ser feita a pré-marcação antes da furação do pavimento, rigorosamente de acordo com as cotas e dimensões fornecidas em projeto.

# 1.4.2. Fixação

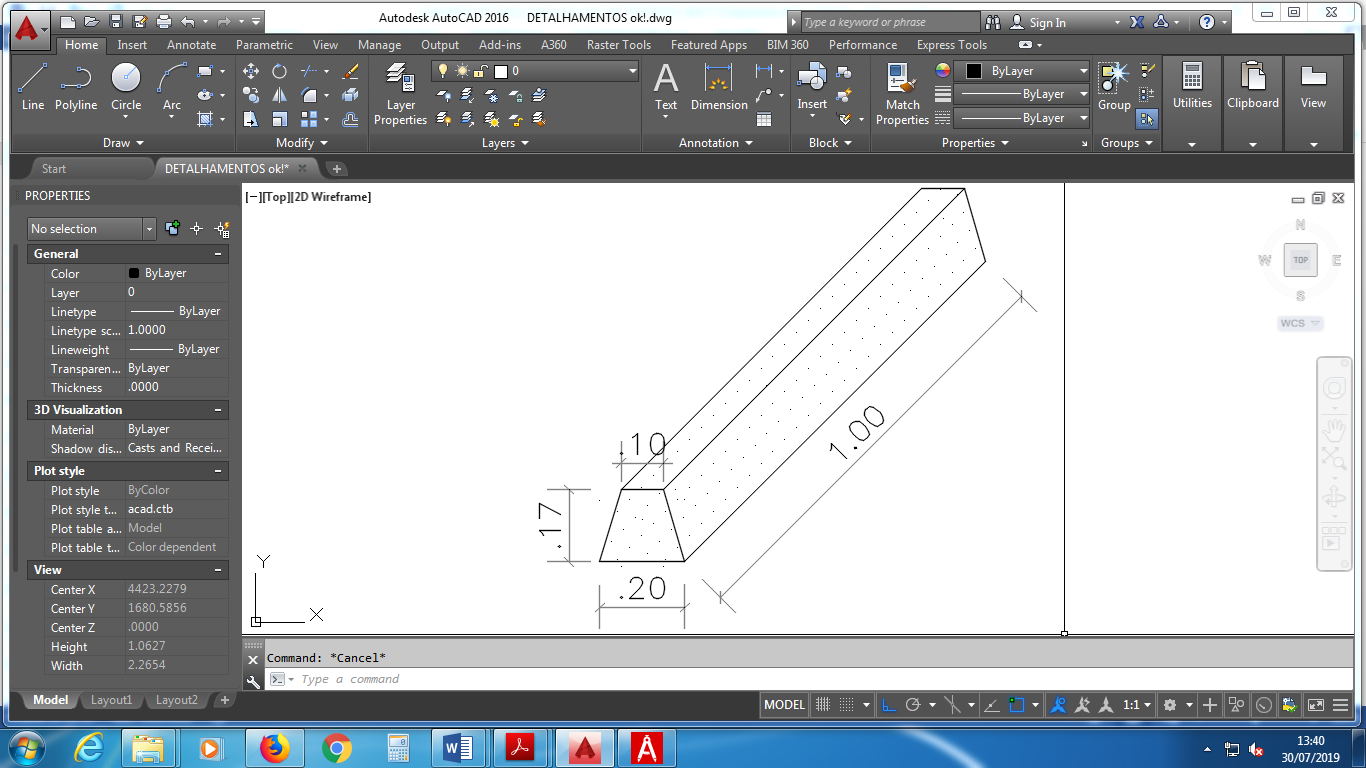
* + - 1. A furação deverá ser feita com broca, acoplada a um martelete acionado por ar comprimido ou corrente elétrica, ou equipamento similar. O furo deverá ter a profundidade suficiente para abrigar o pino de fixação com folga.
      2. Após a furação deverá ser feita a limpeza do(s) furo(s) bem como do local de assentamento utilizando-se o ar comprimido, para que não fiquem resíduos que prejudiquem a aderência do material de fixação ao pavimento.
      3. As tachas e tachões serão fixados com cola a base de resina ortoftálica acelerada. A cola deverá ser colocada em quantidade suficiente para que as peças não se desprendam do pavimento posteriormente e não deixando bordas e/ou rebarbas que ultrapasse 1 centímetro da peça após sua fixação.
      4. As peças deverão ser assentadas de modo a não ficar em balanço, a fim de evitar a sua quebra, ao receber impactos. Para tanto o nivelamento deverá ser efetuado utilizando-se o próprio material de assentamento.
      5. Após a instalação das peças, deve-se recolher todo entulho ou sobra de materiais resultantes da execução do serviço.

# COLA PARA FIXAÇÃO DE TACHÃO

* 1. Deverá ser utilizada no assentamento e fixação dos tachões cola a base de resina ortoftálica acelerada, de forma que a cola deverá apresentar alta aderência em pavimentos asfalticos e não deve sofrer retração após a cura para não permitir vazios entre as peças e o pavimento e não permitir a movimentação do pino de fixação.
  2. A cola deverá apresentar as seguintes características técnicas:
* Viscosidade 25o C (cp) min: 1500 a 2000
* Densidade (25/4o C) min: 1,10 a 1,20
* Aglomerantes orgânicos: Quartz, Silicatos e Outros.
* Tempo de cura (gelatinização): 15 minutos
* Resistência ao impacto: 1100 kgf/cm2
* Resistência a tração no ponto: 990 kgf/cm2
* Endurecida por mek a 1,0 %: 2,0cc

# PRISMA DE CONCRETO (GELITO E GELO BAIANO)

* 1. **Características Gerais**
     1. As peças deverão ser confeccionadas em concreto, no traço 1:3:4 (cimento, areia, brita), em formas metálicas, com vibração mecânica, com tempo de cura de no mínimo 3 (três) dias. Deverão ter suas superfícies perfeitamente lisas, exceto a inferior que deverá apresentar rugosidade para proporcionar melhor aderência ao pavimento.
     2. O gelo baiano com ferro, deverá ser confeccionado com furo transversal de Ø 1/2”, para que na sua implantação seja introduzida uma barra de ferro de Ø 3/8”.
     3. As superfícies externas aparentes deverão ter acabamento na cor amarela (10 YR 7,5/14, com tolerância de 10 YR 8/16) seguindo o padrão Munsell.
     4. As peças deverão ser confeccionadas de acordo com as características técnicas detalhadas nas Especificações Técnicas – Desenhos e Detalhes.



Dimensões do Prisma Pré-Moldado de Concreto (gelo baiano)

# IMPLANTAÇÃO

* + 1. As superfícies onde serão implantados os prismas de concreto deverão ser apicoadas, nas áreas correspondentes à aplicação das peças, para proporcionar melhor aderência das mesmas, quando do lançamento da massa de união.

**D PROJETOS E DETALHAMENTOS**

**18 de novembro de 2020**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Jeavânio Oliveira da Trindade  
CAU: A126362-5**

**CPF: 058.639.695-04**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**

**Anexo II – Modelo de Proposta Comercial**

(encaminhamento obrigatório, imediatamente após a fase de lances)

\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_ de 2020.

A

Pregoeira Municipal.

**Referente Pregão Eletrônico n° 004/2020-SRP.**

Prezada Senhora,

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, telefone/fax \_\_\_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, submete à apreciação de Vossa Senhoria, sua proposta relativa a licitação em epígrafe, cujo objeto é o Registro de Preços visando futuras contratações de empresas para prestação de serviços de sinalização horizontal, vertical e dispositivos auxiliares na malha viária, compreendendo fornecimento, implantação e manutenção da mesma no município de Itabaiana, para suprir as necessidade do órgão público abaixo relacionado:

* Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte de Itabaiana;
* Fundo de Desenvolvimento do Transporte Coletivo de Itabaiana.

Prestaremos o serviço mediante solicitação da SMTT e nas quantidades indicadas pela mesma, de forma imediata após a solicitação. Os produtos deverão ser entregues na autarquia, nas secretarias municipais e órgãos determinados pela Superintendência.

A nossa proposta totalizou em R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Os pagamentos serão efetuados a cada entrega, no valor correspondente as Ordens de Fornecimento comprovadamente atendidas.

Manteremos nossa proposta válida até 60(dias) dias de sua abertura.

Declaramos que nos preços ofertados estão inclusas todas as despesas com transporte, taxas, tributos, impostos, encargos etc.

Segue em anexo planilha orçamentária com a especificação completa dos materiais, marcas, preços unitários e totais.

Dados pessoais do Representante Legal:

Nome:

RG n°:

CPF n°:

Estado Civil:

Endereço:

Dados Bancários:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

Sem mais,

Carimbo e assinatura do Representante Legal

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **A – SINALIZAÇÃO VERTICAL** | | | | | | | | | |
| **Item** | | **Descrição dos Materiais / Serviços** | **Un.** | | **Quant.** | | | **Valor Unitário R$** | **Valor Total R$** |
| A-1 | | Poste em tubo de aço galvanizado, pesado, d=2" (50mm), altura útil=2,50m, altura total=3,50M, SAPATA 40\*40\*30CM | und | | 300 | | |  |  |
| A-2 | | Poste em tubo de aço galvanizado, pesado, d=2" (50mm), altura útil=2,50m, altura total=3,00M, SAPATA 40\*40\*30CM | und | | 600 | | |  |  |
| A-3 | | Confecção de placa em chapa de poliester reforçada com fibra de vidro com pelicula retrorefletiva tipo I+ I | m² | | 300 | | |  |  |
| A-4 | | Fita metálica perfurada 38 x 3000mm, chapa 16 | und | | 300 | | |  |  |
| A-5 | | Remoção de placas de sinalização | und | | 50 | | |  |  |
|  | | VALOR TOTAL |  | |  | | |  |  |
| **B – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL** | | | | | | | | | |
| **Item** | **Descrição dos Materiais / Serviços** | | | **Un.** | | **Quant.** | **Valor Unitário R$** | | **Valor Total R$** |
| B-1 | Fornecimento e Aplicação de sinalização horizontal com tinta acrilica emulsionada em água, processo mecânico NBR 13699, com aplicação de microesferas de vidro retrorefletivas drop-on IIA, conforme NBR-6831 | | | m² | | 16000 |  | |  |
| B-2 | Fornecimento e Aplicação de sinalização horizontal com tinta acrilica emulsionada em água, processo manual NBR 13699, com aplicação de microesferas de vidro retrorefletivas drop-on IIA, conforme NBR-6831 | | | m² | | 16000 |  | |  |
| B-3 | Remoção de Sinalização Horizontal por jateamento abrasivo úmido com vidro | | | m² | | 300 |  | |  |
|  | VALOR TOTAL | | |  | |  |  | |  |
| **C – DISPOSITIVOS AUXILIARES À SINALIZAÇÃO VIARIA** | | | | | | | | | |
| **Item** | **Descrição dos Materiais / Serviços** | | | **Un.** | | **Quant.** | **Valor Unitário R$** | | **Valor Total R$** |
| C-1 | Fornecimento e Implantação de Tachão Refletivo BiDirecional 24X15X5 CM | | | un | | 3000 |  | |  |
| C-2 | Prisma de fechamento para estacionamento em pré-moldado de concreto, dimensões 1,00 x 0,20 x 0,17 m | | | m | | 1000 |  | |  |
|  | VALOR TOTAL | | |  | |  |  | |  |
| **VALORTOTAL** |  | | |  | |  |  | |  |

**LOTE A + LOTE B + LOTE C = valor Total**

Local e data.

Carimbo e assinatura do Representante Legal

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO** (modelo)

**Ref.: Pregão eletrônico nº 004/2020 – Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (ª) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA** que o Senhor \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (brasileiro, maior, capaz, engenheiro civil), portador do registro nº. \_\_\_\_\_\_\_ no CREA- \_\_\_\_ é integrante do seu **QUADRO DE PESSOAL** na qualidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, conforme comprova mediante documentação exigida pelo Edital, situação essa pela qual o mesmo aceita participar da licitação PREGÃO ELETRÔNICO nº \_\_\_/2020, na qualidade de Responsável Técnico.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Representante Legal**

***CONCORDO em Participar do Pregão Eletrônico nº 004/2020, na qualidade de******RESPONSÁVEL TÉCNICO.***

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(nome do profissional)

Registro nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_ – CREA/CAU-\_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**

**Anexo IV –Modelo De Declaração de Elaboração Independente de Proposta**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente

constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1. a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
6. que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(representante legal do licitante no âmbito da licitação, com identificação completa)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**

**ANEXO V - MODELO DE PROCURAÇÃO**

**PROCURAÇÃO**

**Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_(PROPRIETÁRIO DA EMPRESA, IDENTIDADE E CPF OU NOME E QUALIFICAÇÃO DO SÓCIO-GERENTE - com poderes para tal)\_\_\_\_\_\_\_\_, por este instrumento particular, nomeia e constitui seu bastante procurador \_\_\_\_\_\_\_\_\_( NOME E QUALIFICAÇÃO DO OUTORGADO, ENDEREÇO, IDENTIDADE E CPF)\_\_\_\_\_, com amplos poderes para representar \_\_\_\_\_\_( NOME E ENDEREÇO DA EMPRESA E CNPJ)\_\_\_\_\_, junto à Secretaria de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, podendo entregar e receber envelopes contendo os documentos e as propostas, juntar documentos, assinar atos e termos, tomar deliberações, receber ofícios e relatórios de julgamentos, firmar declarações, dar ciência e, especialmente, formular ofertas e lances de preços, enfim, assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato junto a este órgão, relativamente a quaisquer das fases do Pregão n° \_\_\_\_/2020.

(local e data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura do sócio-gerente ou proprietário e carimbo)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**

**Anexo VI – Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu(ua) representante legal Srº(ª). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, brasileiro(a), maior, capaz, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA,** em obediência ao Art. 4°, item VII, da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigido no item \_\_\_\_\_ do edital do pregão presencial acima referido.

As microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar, quando for o caso:

Declaramos, outrossim, que possuímos restrição fiscal nos documentos de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, §1º, da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá nosso direito à contratação sujeitando-nos as sanções previstas no artigo 81 da Lei nº

8.666/93.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, (data da abertura dos envelopes).

**(**identificação e assinatura do declarante).

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**

**Anexo VII – Modelo de *Declaração de Inexistência de Empregados Menores***

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu(ua) representante legal Srº(ª). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, brasileiro(a), maior, capaz, residente e domiciliado(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, **DECLARA**, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com X, conforme o caso):

( ) não emprega menor de dezesseis anos.

( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, (data da abertura dos envelopes).

**(**identificação e assinatura do declarante).

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**

**Anexo VIII – Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP**

A \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(ª) \_\_\_\_\_\_\_, portador da

Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei que é Empresa de

\_\_\_\_\_\_\_\_, e que não se enquadra em nenhumas das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014 e decreto nº 8.538/2015, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, (data da abertura dos envelopes).

**(**identificação e assinatura do declarante).

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**

**ANEXO IX- ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

**PREGÃO nº 004/2020**

**PROTOCOLO nº \_\_\_/2020**

**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**

Atestamos para os devidos fins que a empresa, CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, visitou/não visitou os locais onde serão prestados os serviços de sinalização viária, conforme o Termo de Referência.

Responsável credenciado pela empresa:

Nome legível: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Itabaiana,\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2020.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Jeovânio Oliveira da Trindade

Divisão de Projetos – SMTT

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**

**ANEXO X - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos \_\_\_\_\_dias do mês de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, do ano de \_\_\_\_\_\_\_ a **Superintendência Municipal de Trânsito de Itabaiana**, inscrito no CNPJ sob nº 12.219.015/0001-24, localizada à Av. Ivo de Carvalho, s/n, Bairro Centro, nesta cidade de Itabaiana/SE, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Superintendente o Sr.º **Gleison Parente Pereira**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.º 192894490 SSP/CE e inscrito no CPF sob o n.° 664.251.665-68, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR**,considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO n° 004/2020**, para **Registro de Preços**,e a sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços das empresas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal n.º 026/2020, de 19 de fevereiro de 2020 (pregão eletrônico) , da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto Municipal nº 04, de 02 de janeiro de 2006**,** Decreto nº 105 de 12 de Dezembro de 2016**,** Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho 1993, Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n.º 3.784 de 06 de abril de 2001 e o Decreto Municipal n° 171, de 07 de dezembro de 2017, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, e em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futuras contratações de empresas para prestação de serviços de fornecimento, implantação e manutenção das sinalizações horizontal e vertical; e de dispositivos auxiliares na malha viária, no município de Itabaiana, para os seguintes órgãos:

* Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte;
* Fundo de Desenvolvimento de Transporte Coletivo de Itabaiana.

1.2**.** **Não serão aceitas adesões posteriores à Ata de Registro de Preços, na forma do art. 21 do Decreto Municipal nº 171, de 07 de dezembro de 2017**.

2.1. As empresas que registraram preços visando o fornecimento dos materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços, decorrentes de acordo com o resultado do **Pregão Eletrônico SRP n.º \_\_\_/2020** são:

**FORNECEDORA 01:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, RG n° \_\_\_\_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Telefone \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Especificação** | **Und** | **Qnt** | **Marca** | **Preço Unitário** | **Preço Total** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Total:** | | | | | |  |

**FORNECEDORA 02:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, RG n° \_\_\_\_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Telefone \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Especificação** | **Und** | **Qnt** | **Marca** | **Preço Unitário** | **Preço Total** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Total:** | | | | | |  |

**DEMONSTRATIVO DOS QUANTITATIVOS POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Item** | **Especificações** | **Und** |
| **PMI** | **FMAS** | **SMTT** | **FMS** |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

**CLÁUSULA SEGUNDA – REVISÃO DOS PREÇOS**

2.1 – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou cancelados por fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na [alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L8666cons.htm#art65iid).

2.2 – Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado por motivo superveniente, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocará as **FORNECEDORAS** para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

2.2.1 – Será respeitada a ordem de classificação das **FORNECEDORAS** que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado.

2.2.2 – As **FORNECEDORAS** que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberadas do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

2.2.3 – Na ocorrência dos preços registrados nesta Ata tornarem-se inferiores aos praticados pelo mercado e as **FORNECEDORAS** não puderem cumprir o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

2.2.3.1 – Liberar a **FORNECEDORA** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes da emissão da Nota de Empenho, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

2.2.3.2 – Convocar as demais **FORNECEDORAS**, para assegurar igual oportunidade de negociação.

2.4 – Não havendo êxito na negociação, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1 – Os pagamentos serão efetuados a cada entrega, no valor correspondente a(s) Nota(s) de Empenho(s) comprovadamente atendidas, mediante apresentação dos seguintes documentos:

3.1.1 – Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) e liquidada(s);

3.1.2 – Prova de Regularidade Fiscal e Trabalhista;

3.2 – Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, os pagamentos serão efetuados até o décimo dia útil da apresentação das mesmas na Tesouraria Municipal.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado na ocorrência de qualquer uma das situações abaixo especificadas:

3.3.1 - A falta de atestação pelo Setor Competente, com relação ao cumprimento do objeto, das notas fiscais emitidas pela **FORNECEDORA**;

3.3.2 - Na hipótese de estarem os documentos discriminados no subitem 3.1.2 com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao Município nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento;

3.3.3 - Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a **FORNECEDORA** apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá rescindir unilateralmente o compromisso assumido através da presenta Ata de Registro de Preços ficando assegurado a **FORNECEDORA**, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos materiais efetivamente entregues e atestados;

3.3.4 – A SMTT poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada;

3.3.5 - Para efeito de pagamento, serão computados apenas os quantitativos efetivamente fornecidos.

**CLAUSULA QUARTA – REAJUSTE**

4.1 - Os preços registrados são fixos e irreajustáveis.

**CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA**

5.1 – O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, nos termos do que dispõe o inciso III do § 3º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

6.1 – a SMTT será o Órgão responsável pelo controle e administração da Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação.

6.2 – A emissão das Ordens de Serviços será da inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do registro, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto as Fornecedoras e serão formalizados através da emissão da(s) Nota(s) de Empenho(s).

6.3 – Não poderá ser emitida qualquer Ordem de Fornecimento sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

6.5 – O prazo para entrega do material e sua aplicação, quando necessário, é de 15 (quinze) dias, contados dos recebimentos das Ordens de Serviços expedidas pela Autoridade Competente.

6.6 – Os serviços serão recebidos e conferidos pelos Servidores designados pela Autoridade Competente que atestarão o recebimento através de aposição de carimbo na Nota Fiscal.

6.7 – Na hipótese dos serviços entregues não atenderem as especificações deste Edital e seus Anexos serão considerados não realizados e deverão ser executados mediante Termo de Inexecução do Serviço. Neste caso, a Fornecedora deverá providenciar a substituição dos serviços por outros de acordo com o que trata o Caderno de Sinalização (Anexo I A), no prazo máximo de 72hs (setenta e duas horas), contados do recebimento da comunicação expedida pela Autoridade Competente, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital.

6.8 – Cumpridas as formalidades a Autoridade Competente atestará as Notas Fiscais através de aposição de carimbo com assinatura e as encaminhará a Superintendência para pagamento.

**CLAUSULA SÉTIMA – PENALIDADES**

7.1 – Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das demais cominações legais, a **FORNECEDORA** que:

7.1.1 – Negar-se a receber ou não retirar o pedido de Compra ou a Nota de Empenho.

7.1.2 – Não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocado no prazo de validade de sua proposta.

7.1.3 – Deixar de entregar a documentação exigida no Edital.

7.1.4 – Apresentar documentação falsa.

7.1.5 – Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão.

7.1.6 – Falhar ou fraldar na execução do contrato.

7.1.7 – Não mantiver a proposta.

7.1.8 – Comportar-se de modo inidôneo.

7.1.9 – Fizer declaração falsa.

7.1.10 – Cometer fraude fiscal.

7.2 – Além da sanção prevista no item anterior, a Administração poderá aplicar a **FORNECEDORA** as seguintes penalidades, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do fornecimento:

7.2.1 – Advertência.

7.2.2 – Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) ao dia, aplicada sobre o valor dos itens faltantes, no caso de atraso na entrega.

7.2.3 – Multa de 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimento, no caso de recusa injustificada d a Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento.

7.2.4 – Multa de 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução total ou parcial do fornecimento por culpa da **FORNECEDORA**.

7.2.5 – Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), ao dia, aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimento, por descumprimento de outras obrigações previstas na presenta Ata de Registro de Preços.

7.3 – A multa será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor das Ordens de Fornecimentos, e poderá ser descontada dos pagamentos, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente.

7.4 – As sanções aqui previstas somente serão aplicadas através de regular processo administrativo, observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

7.5 – Da aplicação das penalidades caberá recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

**CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

* 8.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Programa da Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte, e do Fundo de Desenvolvimento do Transporte Coletivo de Itabaiana, para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do órgão contratante, tomada as cautelas de realização de empenho prévio a cada necessidade de compra, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão nas respectivas Notas de Empenhos, com dotação suficiente, obedecendo à classificação pertinente, sendo desnecessária sua informação em face de se tratar de Sistema de Registro de Preços.

**CLÁUSULA NONA – CONTRATAÇÃO**

9.1 – O Termo de Contrato de Fornecimento será substituído pela Nota de Empenho ou pela Ordem de Serviços na forma do § 4º, inciso II do artigo 62 da Lei nº 8.666/93, observando as disposições do Termo de Referência.

9.2 – As Nota(s) de Empenho(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Preços deverá(ão) ser emitidas dentro do seu prazo de validade.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

11.1 – A **FORNECEDORA** terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

11.1.1 – A pedido da **FORNECEDORA** quando:

11.1.1.1 – Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

11.1.1.2 – O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

11.1.2 – Por iniciativa do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, quando:

11.2.1 – A **FORNECEDORA** não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.1.2.2 – A **FORNECEDORA** perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

11.1.2.3 – Por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado;

11.1.2.4 – A **FORNECEDORA** não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

11.1.1.5 – A **FORNECEDORA** não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

11.1.1.6 – Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;

11.1.1.7 – Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a SMTT fará o cancelamento da Ata de Registro de Preços e informará as **FORNECEDORAS** a nova ordem de registro.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

**12.1 – Competências do ÓRGÃO GERENCIADOR:**

12.1.1 – Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

12.1.1 – Providenciar a assinatura desta Ata, a publicação na Imprensa Oficial e o encaminhamento de sua cópia aos Órgãos Participantes, quando houver.

12.1.2 – Providenciar a indicação das **FORNECEDORAS** para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos.

12.1.3 – Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e

12.1.4 – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na presente Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

**12.2 – Competências do ÓRGÃO PARTICIPANTE:**

12.2.1 – Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições; e

12.2.2 – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do ora pactuado, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao **ÓRGÃO GERENCIADOR.**

**12.3 – Competências da FORNECEDORA:**

12.3.1 – Cumprir todas as regras acerca da execução ou aquisição do objeto, da fiscalização, das obrigações, pagamentos e demais disposições previstas na presente Ata de Registro de Preços.

12.3.2 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Municipio de Itabaiana.

12.3.2.1- A inadimplência da **FORNECEDORA**, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à SMTT, nem poderá onerar o objeto da presente Ata, razão pela qual a **FORNECEDORA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a SMTT.

12.3.3 – manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

13.1 - Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93 ficará designado servidor nomeado em portaria específica, apensa a este instrumento contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução da presente Ata Contrato.

13.2 - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do fornecimento com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

13.3 - A Representante anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.

13.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Representante deverão ser solicitadas a Autoridade Competente, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

13.5 - Não obstante a **FORNECEDORA** seja a única e exclusiva responsável pela execução desta Ata, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, diretamente ou por prepostos designados.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÃO**

É vedado efetuar acréscimos nos valores fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que tratam o §1º e a alínea “d” do inciso II, ambos do art. 65 da Lei n° 8.666/93, de acordo com o Decreto n° 171 de 07 de dezembro de 2017.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15.1 - Para quaisquer ações decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preço fica eleito o Foro da Comarca de Itabaiana/SE, com exclusão de outro qualquer por mais privilegiado que seja.

15.2 - E, por se acharem justos e compromissados, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02(duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito jurídico na presença das testemunhas abaixo identificadas.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ÓRGÃO GERENCIADOR

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ÓRGÃO PARTICIPE

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ÓRGÃO PARTICIPE

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

FORNECEDOR

# 

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020**

**ANEXO XI – MINUTA DE CONTRATO**

***CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O .................. DE ITABAIANA, E, DO OUTRO, A EMPRESA .............. DECORRENTE DO PREGÃO Nº 004/2020.***

Pelo presente instrumento de Termo de Contrato, de um lado a Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Superintendente o Sr.º ................., brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º .......... SSP/..... e inscrito no CPF sob o n.° ..........-..., residente nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa **.............................**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° ............../......-....., com sede à Rua ...................., n° ........., na Cidade de ..........., Estado de ............., neste ato representada pelo(a) seu(ua) Sócio(a) Administrador(a), o(a) Sr(a) ......................., portador(a) da Cédula de Identidade n.º ...................... SSP/...... e inscrito(a) no CPF sob o n°. ................-.....,doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e acordado entre si o presente Contrato de Prestação de Serviços, fundamentado no Processo de Licitação na modalidade Pregão de nº 004/2020, que será regido em conformidade com a da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, obedecendo integralmente o regulamento aprovado pelo Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e, ainda, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais e as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.** Este Contrato tem por objeto a contratação empresas para prestação de serviços de fornecimento, implantação e manutenção das sinalizações horizontal e vertical; e de dispositivos auxiliares na malha viária, no município de Itabaiana, para atender às necessidades do(a) **...........................**, conforme especificações técnicas constantes no **Anexo I** do Edital nº 002/2020, que faz parte integrante do presente termo.

**CLAUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**2.** As despesas oriundas do objeto deste Contrato, correrão à conta dos recursos orçamentários do Orçamento Programa de ***<<ano>>***, do ***<<...............................>>*** com dotação suficiente, obedecendo a seguinte classificação:

**.............................**

.............................

**2.1.** No(s) exercício(s) seguinte(s), a execução do Contrato ficará assegurada mediante a emissão da Nota de Empenho à conta do elemento de despesa, da mesma natureza, constante na Lei Orçamentária respectiva.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

**3.** Pela perfeita e fiel execução do objeto deste Contrato, o **CONTRATANTE**, pagará a **CONTRATADA**, o valor mensal de R$ ............(................), totalizando um valor global de R$ ...............(.................), obedecendo a tabela abaixo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade** | **Quant.** | **Valor Unid.** | **Valor Total** |
| .... | ............................ | ....... | -x- | R$ .....,... | R$ .....,... |
| .... | ............................ | ....... | -x- | R$ .....,... | R$ .....,... |

**3.1.** Nos preços estão incluídas todas as despesas de salários e encargos sociais, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outras indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato, exceto os impostos e as taxas, quando aplicáveis, cujas alíquotas deverão estar informadas separadamente.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS REAJUSTES E REVISÃO DOS PREÇOS**

**4.1.** Os preços dos serviços, objeto do Contrato, permanecerão irreajustáveis durante a vigência de 12 (doze) meses. No caso de haver prorrogação do Contrato, os preços poderão ser reajustados, de acordo com índices oficiais;

**4.1.2.** Se durante o período de 12 (doze) meses ocorrer aumento de preços no objeto dos serviços a serem contratados, em conformidade com a legislação pertinente, os mesmos serão readequados, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, devendo a comprovação ser feita pela apresentação ao CONTRATANTE, por parte da CONTRADADA, da razão que autorizou o referido aumento;

**4.3.** A **CONTRATADA** obriga-se a repassar ao **CONTRATANTE** todos os preços e vantagens ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os vigentes.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

**5.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com início na data da sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com o Art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, com alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** Na execução do objeto do presente Contrato, obriga-se a **CONTRATADA** a envidar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda a:

a) A CONTRATADA deverá executar os serviços descritos no Termo de Referência e outros que, porventura, venham a ser fazer necessário durante o decorrer do período;

b) A Contratada deverá, se assim exigido, manter à disposição no local da prestação dos serviços, o responsável pela empresa;

c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Secretaria ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

d) Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato;

e) Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado;

f) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, durante o prazo de vigência da garantia dada, estipulada na proposta da Contratada;

g) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração ou delito, seja qual for, quando praticado por empregado seu e relacionado à execução do serviço prestado à Secretaria, sobretudo quando envolver o nome e ou a imagem deste ou de qualquer de seus servidores ou autoridades usuárias;

h) Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas;

i) É expressamente vedada a subcontratação para consecução do objeto contratual em quaisquer percentuais.

**CLAUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.1.** O **CONTRATANTE**, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

a) Assegurar às pessoas credenciadas pela CONTRATADA livre acesso as suas instalações, na extensão necessária para a execução do objeto contratual;

b) Fornecer os dados técnicos e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, em tempo hábil, de forma a não comprometer a execução do objeto contratual;

c) Manter quantidade suficiente dos materiais objeto deste projeto, para permitir a correta execução deste termo contratual;

d) Comunicar imediatamente, por escrito ou por telefone, à CONTRATADA qualquer deficiência ou falha encontrada na execução do CONTRATO;

e) Designar profissional com perfil técnico da área para acompanhar a retirada e a devolução dos materiais durante o processo de execução dos serviços;

f) Honrar com o compromisso financeiro previsto no contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências consignadas no presente instrumento contratual.

g) Fiscalizar e execução do contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**8.** Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93 ficará designado servidor nomeado em portaria especifica, apensa a este instrumento contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.

**§1º** - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

**§2º** - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

**CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

**9.** O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art 73, inciso I, letra “a”, “b”, da lei 8.666/93, com alterações posteriores;

**9.1.** O serviço executado em desacordo com o estipulado no instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso;

**9.2**. As quantidades indicadas no Termo de Referência – **Anexo I** do Edital, são meramente estimativas, podendo ser alteradas, para mais ou para menos, de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**;

**9.3.** Caberá ao, do **CONTRATANTE**, o recebimento e a atestação da(s) Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s) correspondentes aos serviços executados, em pleno acordo com as especificações contidas no **Anexo I** deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO**

**10.1.** Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação das notas fiscais/faturas do serviço, objeto do Contrato. As referidas notas fiscais deverão ser apresentadas no protocolo deste Fundo Municipal de Saúde, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: o Atesto que o serviço foi realizado; com as certidões fiscais e trabalhista devidamente atualizadas;

**10.1.1.** Eventuais pagamentos efetuados, a maior ou a menor, em virtude de erro no faturamento, poderão ser compensados nas faturas seguintes;

**10.2.** Na hipótese de estarem os documentos discriminados no item 10.1 com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao CONTRATANTE nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento;

**10.3.** Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a CONTRATADA apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o Contrato será rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ficando assegurado à CONTRATADA, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos serviços efetivamente prestados e atestados na forma do item 10.1.

**10.4.** No caso de pagamento não ser efetuado no prazo acima fixado, tendo o **CONTRATANTE** dado causa ao atraso, o valor do débito será atualizado, desde a data prevista para a sua liquidação até a data do efetivo pagamento e a **CONTRATADA** fará jus a: **a)** multa moratória de 2%; **b)** juros moratórios de 1% ao mês, calculados pro-rata-die; e **c)** correção monetária calculada pro-rata-die, com base na variação do INPC;

**10.5.** Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA,** enquanto pendente de liquidação qualquer débito referente à eventual irregularidade, inadimplência ou penalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.** No caso de atraso injustificado ou inexecução, total ou parcial, do compromisso assumido com o **CONTRATANTE**, as sanções administrativas aplicadas à **CONTRATADA** serão:

**I -** Advertência;

**II -** Multa;

**III -** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**11.1.** A multa será aplicada até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela mensal dos serviços em atraso e, no caso de atraso não justificado devidamente, cobrar-se-á 1% (um por cento) por dia, sobre o valor mensal da respectiva parcela afetada, o que não impedirá, a critério da Secretaria da Saúde, a aplicação das demais sanções a que se refere esta cláusula, podendo a multa ser cobrada diretamente da **CONTRATADA**, amigável ou judicialmente;

**11.2.** Caso a **CONTRATADA** venha a falhar ou fraudar a execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**11.3.** Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, ficando sua aceitação a critério do **CONTRATANTE**.

**11.4.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da **CONTRATADA**, na forma da lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTRATO E RESPECTIVAS ALTERAÇÕES**

**12.1.** Compete a ambas as partes de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93, com alterações posteriores e em outras disposições legais pertinentes, realizar, mediante Termo Aditivo e/ou Termo de Re-Ratificação, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

**12.1.1.** A critério do **CONTRATANTE** e em função das necessidades dos serviços, a **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do Contrato.

**12.2.** A Administração poderá cancelar a Nota de Empenho que vier a ser emitida, em decorrência do Pregão Eletrônico e rescindir o correspondente Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ficando assegurado o contraditório e o direito de defesa:

a) for requerida ou decretada a falência ou liquidação da **CONTRATADA**, ou quando ela for atingida por execução judicial, ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômica e financeira;

b) a Contratada for declarada inidônea ou punida com proibição de licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública;

c) em cumprimento de determinação administrativa ou judicial que declare a nulidade da adjudicação.

**12.3.** Em caso de concordata, o Contrato poderá ser mantido, se a **CONTRATADA** oferecer garantias que sejam consideradas adequadas e suficientes para o satisfatório cumprimento das obrigações por ela assumidas;

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

**13.** O presente Contrato poderá ser denunciado, por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e rescindido, a juízo do **CONTRATANTE**, nos casos previstos no Art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores, reconhecidos os direitos da Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

**16.** Fica eleito o Foro de Itabaiana para dirimir questões oriundas deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e pactuados, assinam as partes este Termo de Contrato, em três (03) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo:

Itabaiana/SE, \_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

CONTRATANTE CONTRATADA

**Testemunhas:**

1. **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**
2. **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**